



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
FACULDADE DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
FAEL**

LÍBIA FAGUNDES MENDONÇA

A construção do *ethos* no discurso do presidente Lula.

**MARABÁ - PARÁ
2011**

LÍBIA FAGUNDES MENDONÇA

A construção do *ethos* no discurso do presidente Lula.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à faculdade de estudos da Linguagem da Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá-Pá, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa, sob orientação do professor Msc. Paulo Silva Lima.

MARABÁ - PARÁ
2011

LÍBIA FAGUNDES MENDONÇA**A construção do *ethos* no discurso do presidente Lula.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à faculdade de estudos da Linguagem da Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá-Pá, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa, sob orientação do professor Msc. Paulo Silva Lima.

Data da aprovação:

Banca examinadora:

Prof. Msc. Paulo Silva Lima

Faculdade de Letras – Campus Universitário de Marabá - Orientador

Prof. Gerciano Maciel Pereira

Faculdade de Letras – Campus Universitário de Marabá - Membro

Prof. Jairo de Araujo Souza

Faculdade de Letras – Campus Universitário de Marabá - Membro

Data da defesa: 06 de abril de 2011

Conceito: _____

DEDICATÓRIA

*A Deus pela sua bondade e benignidade,
Por está sempre comigo nos momentos difíceis,
E por ter me ajudado na concretização desse sonho,
Ao meu companheiro de todas as horas pela sua
Paciência e compreensão,
À minha mãe pelas palavras de incentivo e
Pelas orações sempre bem vidas.
À minha família e amigos que sempre estiveram presente,
Apoiando e incentivando nas horas que mais precisava.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela benção derramada em minha vida proporcionou a realização desse sonho, sem a tua força, a tua sabedoria e principalmente o teu amor, nada disso estaria acontecendo, pois sem Deus o homem não é nada.

Meus pais, Luíz Vieira Mendonça e Francisca Fagundes, que me ensinaram, com seus exemplos, o caminho do bem, sendo meus maiores incentivadores.

Aos meus irmãos (Alex, Fagundes, Lília e Lívia), o simples fato de vocês existirem é o suficiente para me dar força e coragem.

À meu sobrinho Caio Fagundes, por me proporcionar momentos de alegrias e descontração que contribuíram para aliviar a tensão do dia-a-dia.

Ao Nilton Jose G. Dias, meu companheiro, esposo, amigo e irmão, que sempre me incentivou, dando-me força, garra e coragem, sem cujo apoio seria impossível chegar até aqui.

A meu amigo Joari Procópio por ter me acompanhado nessa jornada, sendo amigo e companheiro de todas as horas.

Aos meus professores que durante a realização desse curso tiveram dispostos a me ajudar, sendo verdadeiros mediadores na construção de novos conhecimentos.

Em especial ao meu orientador professor Msc. Paulo Silva Lima pela sua paciência e por compartilhar comigo seus saberes.

Resumo

Este trabalho se propõe realizar um estudo do conceito de *Ethos*, tendo como corpus alguns recortes do discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para isso, partiremos de uma concepção mais geral da língua, antiestrutural, que se filia à Análise do Discurso. A intenção é discutir as estratégias persuasivas e argumentativas no discurso político, e analisar, especificamente, como Lula constrói uma imagem de político popular, partindo de uma ideologia de cunho “patrimonial” e paternalista, que dissolve as fronteiras do privado e do público. Procuraremos provar, também, que Lula confronta a experiência prática contra a experiência teórica, priorizando um saber telúrico, conquistado ao longo de sua trajetória excepcional de ascensão. Com intuito de problematizar essa questão, tentaremos mostrar a intersecção entre a ideologia e a língua, e que por isso, não podemos mais acreditar na isenção da língua, ou de sua transparência. A partir desse pressuposto, cabe perguntar diante de um texto, ou discurso político, a que formação ideológica está filiado, para acompanhar a sua derivação e materialização em uma formação discursiva. Deste modo, embasados nesses pressupostos teóricos da Análise do Discurso, averiguaremos o processo de construção do *ethos* popular, ao mostrar os resquícios ideológicos e discursivos de uma mentalidade patrimonial concretizados na fala de Lula.

Palavras-chave: *Ethos*, Análise de Discurso, Política.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2 PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE DO DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO.....	11
2.1. Concepção de linguagem.....	12
2.2. Sujeito e Sentido: A língua com a história	14
2.3. O dito e o não dito	18
2.4. Pressupostos e subentendidos	19
2.5 Argumentação e discurso.....	21
3 O DISCURSO POLÍTICO	26
3.1. As condições do discurso: Dispositivo, Identidade e Legitimidade.....	29
3.2. As estratégias e imagens dos atores políticos.....	32
3.3. A construção do Ethos.....	34
4 IDEOLOGIA E LINGUAGEM	37
5 CONHECENDO A TRAJETÓRIA DE LULA	44
6 A IDEOLOGIA PATERNALISTA NO DISCURSO DE LULA	47
6. 1. A cordialidade de Lula	47
6.2 O ethos do político popular	52
6.3. O ethos da experiência prática: a construção do discurso popular	53
6. 4. O ethos de credibilidade	57
6. 5. O discurso da ascensão do líder nato.....	59
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
8 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	65

1.INTRODUÇÃO

Convencer o outro pela palavra é um ato cotidiano. Fazemos isso de modo previamente elaborado, ou involuntariamente. Ao tomar a palavra projetamos uma autoimagem, que ao se coadunar com valores gerais e ideológicos localiza-nos enquanto sujeitos. Em situações específicas a imagem que construímos adquire relevância especial, como é o caso do político, que tem sua candidatura dependente da vontade de uma coletividade.

Por isso, o discurso político se mostra como um *corpus* ideal para analisarmos a questão do *ethos*. Uma vez que o político precisa se desenhar, constantemente, para um público, trabalhar a autoimagem por meio da palavra, tentando passar confiança e credibilidade ao ouvinte. Com base nisso, resolvemos analisar trechos de discursos da principal figura pública do país no momento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no intuito de ilustrar pragmaticamente o conceito de *ethos*.

Partindo desse princípio estruturamos este trabalho de um modo que as discussões teóricas partissem de questões mais genéricas, para irem se afunilando para pontos específicos: como a conceituação do *ethos*, e sua averiguação em um *corpus*. Este trabalho, portanto, não aborda um discurso exclusivo, nem segue uma ordem cronológica dos fatos, já que não temos a pretensão de definir a progressão do seu discurso, mas trata-se de “recortes”, em diversas situações comunicacionais, que serviram de base para evidenciar a construção do *ethos* político.

O primeiro passo foi sistematizar o discurso do presidente Lula, através do site www.info.planalto.gov.br da Presidência da República, que publica em sua página na internet todos os discursos e entrevista do presidente. O segundo passo demandou certo esforço; foi abrir, ler um a um os textos, copiá-los como um todo. Depois recortar as partes que iriam compor a análise.

Para tanto, foram selecionados seis textos proferidos em ocasiões e datas diferentes, mostrando que uma mesma estratégia pode ser empregada em lugares diferente do tabuleiro político, no qual Charaudeau (2006) chama de *Virtude da generalização*. Entre os quais, o discurso de posse do presidente no Congresso Nacional (Brasília-DF, 2007), a aula inaugural do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Recife-PE, 2005), a inauguração da eletrificação do Assentamento Amaralina (Vitória da Conquista-BA, 2005), a abertura do 4º Congresso dos Metalúrgicos do

ABC (São Bernardo do Campo-SP, 2003), a reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar- Consea (Brasília-DF, 2003), entre outros. A proposta é realizar uma pesquisa qualitativa, de respaldo bibliográfico.

O objetivo principal é desenvolver conceitos e teorias, de forma crítica, para ao final demonstrar sua concretização em situações reais do cotidiano. No nosso caso, tentamos desenvolver o conceito de *ethos*, com o objetivo de mostrar sua concretização em cima de uma figura bastante conhecida: O presidente Lula.

A fim de cumprir esse objetivo dividimos nosso trabalho em seis capítulos. O primeiro capítulo se dedica inteiramente a Análise do Discurso e da Argumentação, com o propósito de localizar as teorias sobre questões mais amplas como o próprio conceito de linguagem e de discurso. Isso é importante porque algumas áreas da Lingüística relutam em aproximar língua da sociedade e da cultura, e concentram-se apenas na parte formal da língua. A Análise do Discurso abre o texto para o social e o histórico, desestimulando assim, abordagens mais intrínsecas que reduzem a língua a um código, submissamente manipulável, desprovido do invólucro político e ideológico. Deste modo, em nossa análise aproveitaremos a premissa básica de que o signo não é isento de interesse, para tentar rastrear as intenções ideológicas que sustentam o sujeito no momento em que este se posiciona verbalmente.

Ainda no primeiro capítulo se propõe discutir a questão da argumentação e da linguagem. O propósito disso é mostrar as estratégias de convencimento que o sujeito lança mão no uso da palavra. Com isso, tentaremos demonstrar que a língua tem uma propriedade argumentativa inerente a sua estrutura, pois se organiza de um para outro, ou seja, ela carrega constantemente a marca da alteridade. E é concebida em nome da ação de dominar ou convencer o outro, e que por isso não existe linguagem que não seja argumentativa. Até mesmo nos gêneros que buscam a neutralidade, esse caráter ativista da língua está presente, mesmo que em menor grau.

Já o segundo capítulo, direcionamos nosso trabalho para as peculiaridades do discurso político. Este se desenvolve à luz de interesses comuns, e que afetam um grande contingente de pessoas, por isso, a linguagem se desenrola sob instâncias de poder. Assim, um político é um sujeito que fabrica constantemente sua imagem, e tem uma grande dependência dela. Com isso, as estratégias persuasivas e argumentativas se mostram mais explícitas que nos outros discursos.

No terceiro capítulo estabelecemos uma relação entre ideologia e linguagem, pois, para nossa discussão precisamos esclarecer que a língua não decorre seu sentido

unicamente de sua materialidade, mas o deriva de uma formação ideológica. Já o quarto capítulo aborda a trajetória do presidente Lula, já que em seus discursos, vemos uma constante menção a sua vida pessoal, que como veremos na análise é a principal base do seu *ethos*.

Por fim, no quinto capítulo, iniciamos a análise de alguns recortes dos discursos do presidente Lula, a princípio vendo como a ideologia paternalista ou a cordialidade, na forma como conceituou Sergio Buarque de Holanda, está impregnado em sua fala, para em seguida, averiguar como Lula realiza a inversão ideológica de transformar o público em privado, e com isso as obrigações do poder executivo em “favores”, ou como resultados de trabalho particular ou de um “pai” engajado com o bem estar dos filhos, não hesitando em citar insistentemente metáforas que relacione família e nação. A análise se completa no sexto e último capítulo em que vemos como Lula cria o *ethos* do “político popular” ao recorrer insistentemente a um conhecimento prático e a sua trajetória humildade e sofrida, demonstrando que seu percurso excepcional o permitirá agir pensando em uma maioria mais necessitada, e por isso, ao lado do povo e contra os políticos que agem em nome de uma minoria abastarda.

Assim, iremos ao longo deste trabalho pensar a questão da linguagem entrelaçada à ideologia, e de como isso se evidencia no discurso político. Esta ampla discussão será direcionada para um contexto específico: o discurso do presidente Lula. Com a intenção de explorar o conceito de *ethos*, e mais especificamente, o *ethos* do político popular.

2 PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE DO DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO

A *Análise do Discurso* (AD) surge como disciplina no início dos anos 60 do século XX. E desde então têm aumentado cada vez mais o número de estudiosos que se interessam em utilizar os conceitos e métodos dela. Tendo como principal proposta levar os sujeitos falantes a refletir sobre a linguagem, em diálogo com outras áreas do conhecimento, como a história, a ideologia, a sociologia e a psicanálise, principalmente a lacaniana. Esta mescla com outras disciplinas reagia a uma postura cada vez mais isolada e pretensamente autossuficiente da Linguística.

Segundo Orlandi (2009) a *Análise do Discurso* não trata da língua e nem da gramática, mas trata do discurso, portanto, não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas procura compreender a língua enquanto trabalho simbólico constitutivo do homem e da sua história. Uma vez que trabalha com a língua no mundo e com as várias maneiras de significar, considerando a produção de sentido enquanto produto de contextos históricos e culturais amplos, isto é, a sua exterioridade, ou como diz Orlandi:

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e a situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2009, p. 16)

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a língua não é estudada de forma isolada do mundo, fechada em si mesma, e sim, como interação entre homem e os contextos culturais e ideológicos. Em que os sentidos resultam de relações estabelecidas com a língua e os sujeitos falantes: os aspectos linguísticos e extralinguísticos combinam-se mutuamente, pois a língua deriva seu sentido da ideologia, ao mesmo tempo em que a materializa.

De acordo com Orlandi (2009) a AD articula de modo particular três domínios disciplinares: a Linguística, a História e a Psicanálise. A Linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem, isso implica em dizer que a relação entre linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo. Na abordagem Histórica, como o próprio nome indica, pressupõe que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente, assim, as

palavras, interpeladas pela historicidade, já chegam carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram, mas significam em nós e para nós; e por último, entra a contribuição da Psicanálise que desloca a noção de homem para de sujeito, que, por sua vez, constitui-se na relação com o simbólico na história.

Se, por um lado, a *Análise do Discurso* utiliza os três campos do conhecimento, por outro, rompe as suas fronteiras e constrói um novo objeto de análise que irá afetar essas formas do conhecimento em seu conjunto, surgindo assim, o discurso.

Para *Análise do Discurso*, a língua é entendida da seguinte forma: a) a língua tem sua ordem própria, sendo relativamente autônoma (distinguindo-se da linguística estrutural, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação da análise da linguagem); b) a história tem seu real afeto pelo símbolo (os fatos reclamam sentidos) e c) o sujeito da linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Segundo a definição de Orlandi (2009), o termo discurso significa palavra em movimento. Etimologicamente, o próprio termo já indica curso ou percurso, que dá em si uma idéia de movimento. Sendo assim, a autora ressalta que:

A análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. (ORLANDI, 2009, p. 15)

Desse modo, podemos afirmar que é através do discurso que o homem é interpelado em sujeito pela ideologia e, assim, a língua faz sentido.

2.1. *Concepções de linguagem*

De acordo com Orlandi (2009) há várias maneiras de se estudar a linguagem, pois desde os primórdios da civilização o homem procura desvendar os mistérios que cercam os estudos da língua. Assim, para alguns estudiosos como Saussure, a língua é tida como um sistema de signo a ser decodificado pelo falante, já que seu estudo era voltado para a língua tendo-a como algo abstrato e fazendo parte de um sistema

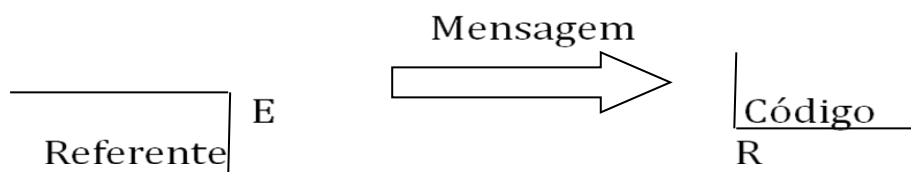
sincrônico e homogêneo. Entretanto, é preciso dar a ele sua devida importância, pois Saussure introduz no campo lingüístico a diferenciação entre língua e fala - a famosa dicotomia *langue/parole*, que serviram de base para quase todos os estudos existentes acerca da linguagem.

Apesar de colocar a língua no centro de seu programa, Saussure também questionou sobre o que separa a língua do discurso. Isso pode ser observado em “nota sobre o discurso”, texto retirado em um caderno escolar sem título (Ms. Fr. 3961) e publicado por René Amacker com indicação de rasuras e acréscimos manuscritos, no número 43 dos *Chiers Ferdinand de Saussure* (1989,p.93-94).

A língua é criada unicamente com vista ao discurso, mas o que separa o discurso da língua, ou o que, em certo momento, permite dizer que a língua entra em ação como discurso? Conceitos variados estão prontos na língua (quer dizer, revestidos de uma forma lingüística), tais como boi, lago, vermelho, [...]. Em que momento ou em virtude de que operação, de que *jogo* que se estabelece entre eles, em que condição esses conceitos formarão o discurso?[...] (SAUSSURE *apud* ADAM, 2008. p. 30).

Como se percebe neste trecho, Saussure começa com uma afirmação e se prolonga com uma interrogação sobre a natureza do discurso. Portanto, é a partir da dicotomia saussuriana que surgem as primeiras distinções entre o sistema virtual (a Língua) e sua realização concreta.

Com o advento da disciplina *Análise do Discurso* surgem, então, novas orientações da lingüística moderna, pois a língua passa a ser analisada em seu funcionamento e não só com a concepção de língua enquanto um sistema abstrato. Sendo assim, para a *Análise do Discurso*, a noção de linguagem distancia-se do esquema elementar da comunicação que se constitui de emissor, receptor, código, referente e mensagem, conforme exemplificado no esquema abaixo:



Para Orlandi (2009), a substituição fundamental em relação ao esquema da teorização de informação é a do termo mensagem pelo termo discurso. Segundo ela não se trata apenas de transmissão de informação, pois a língua não é só um código, nem há essa separação entre emissor e receptor. Tampouco, há essa linearidade na disposição dos elementos de comunicação, mas trata-se de um complexo processo de constituição dos sujeitos e produção de sentido, visto que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela história. Por essa razão é relevante concordar com as palavras de Orlandi:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presente no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso (interlocutor) tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esse sentido tem a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e como o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2009, p. 30).

Com essa concepção nos afastamos do processo simplista sobre o qual o locutor quando fala baseia-se apenas em um código lingüístico, e o receptor capta a mensagem, decodificando-o, sem levar em consideração as relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos múltiplos e variados.

Com base neste conhecimento, passaremos a analisar as relações entre sujeito e sentido (a língua com a história).

2.2. Sujeito e Sentido: A língua com a história

De acordo com Análise do Discurso, a linguagem só é linguagem porque faz sentido, portanto, a questão fundamental diz respeito à reflexão sobre o sentido em suas particularidades. Para tanto, os estudiosos buscaram articular diversas áreas do conhecimento, as quais se encontram no bojo dessas teorias as concepções da Lingüística e sua relação com a Filosofia e as Ciências Sociais.

Para Orlandi (2009), a AD procura compreender como os objetos simbólicos produzem sentido a partir da interpretação, uma vez que os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico intervêm no real do sentido. Entretanto, sua análise não estaciona na interpretação, mas trabalha seus

limites, seus mecanismos, como parte do processo de significação. Assim, Orlandi (1993) propõe distinguir três níveis de significação: a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão.

- a) A *inteligibilidade* refere o sentido à língua: por exemplo, na frase “ele disse isso” é inteligível, pois basta saber o português para que esse enunciado seja inteligível, porém não é interpretável, uma vez que o enunciado não fornece a informação de quem é ele e o que ele disse.
- b) A *interpretação* é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato.
- c) A *compreensão* vai além, pois compreender é saber como as interpretações funcionam, ou seja, é saber como o objeto simbólico (enunciado, texto) produz sentido.

Por outro lado, a compreensão do sentido não está só nas palavras, nos textos, mas nas relações com a exterioridade, na subjetividade do sujeito, do seu conhecimento de mundo, bem como nas condições em que elas são produzidas, uma vez que não dependem unicamente das intenções dos sujeitos. Daí entra a questão da memória discursiva que ao ser acionada faz valer as condições de produção. Para tanto, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico.

A memória discursiva, para a Análise do Discurso, é o já dito, ou seja, é o saber que se encontra armazenado no subconsciente; tais como as experiências passadas, todos os sentidos já dito por alguém, em algum lugar, em outros momentos mesmo muito distantes, que ao serem acionados, retornarão como sentido pré-construído. Sobre esse assunto Orlandi escreve:

As palavras não são só nossas. Elas significam pela historia e pela língua. O que é dito em outro lugar também significam nas nossas palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 2009, p.32)

Quando a autora afirma que as palavras não são “só nossas”, implica em dizer que todo discurso, na verdade, se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). Isso pode significar “jogar o jogo” nas palavras de Koch:

Quando interagimos através da linguagem (quando nos propomos a jogar o jogo) temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos desencadear, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). (KOCH, 1993, p. 29)

Quando nos propomos a jogar o jogo levando em conta as condições de produção, a situação, a historicidade, e conseqüentemente o interdiscurso, é que extraímos do texto os seus sentidos. Entretanto, não devemos confundir interdiscurso com intertexto. Para Orlandi (2009, p. 33) “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determina o que dizemos”, em outras palavras, é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um dado momento histórico, apague da memória e passe a fazer sentido em minhas palavras. Já o intertexto restringe a relação do texto dentro de outro texto, assim o esquecimento não é estruturante como o é para o interdiscurso.

Com relação ao esquecimento, verificamos que Pêcheux (1975) distingue-o em dois tipos: *esquecimento ideológico e esquecimento de ordem enunciativa*:

- 1) O primeiro esquecimento resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia, sendo da instância do inconsciente. Por isso, temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na verdade, apenas retomamos sentidos pré-existentes.
- 2) O segundo é denominado de ilusão referencial, uma vez que nos faz acreditar que existe uma relação natural entre palavras e coisas, esse esquecimento produz a impressão da realidade do pensamento, por isso, é parcial e semiconsciente. Em outras palavras, faz-se acreditar que há uma relação direta entre pensamento, linguagem e o mundo, esse esquecimento nos faz pensar que o que dizemos só pode ser dito dessa forma e não de outra.

Orlandi (2009) exemplifica que ao nascermos os discursos já estavam em processo, nós simplesmente entramos nesse processo, dessa forma, eles não se originam em nós, mas se realizam em nós pela sua materialidade. Assim, as ilusões não são vistas como “defeitos”, mas como algo necessário para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentido.

É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim

que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, 2009, p. 36)

Por isso, a autora ressalta que a condição da língua é a incompletude, uma vez que nem os sujeitos, nem os sentidos, e conseqüentemente o discurso, estão prontos e acabados. Mas são movimentos constantes de processos simbólicos e históricos, pois se não houvesse as “falhas” e as “rupturas” não haveria movimento, logo, não haveria transformação.

Como foi dito anteriormente, os sentidos são constituídos por relação entre um e outro dizer, por isso, todo discurso faz parte de um processo contínuo e amplo, no qual não há começo absoluto nem ponto final.

Sendo assim, Orlandi (2009) afirma que as condições de produção, que constituem o discurso, funcionam de acordo com certos fatores imaginários: um deles refere-se ao mecanismo de antecipação. Esse mecanismo tem a capacidade de antecipar ao seu interlocutor quanto ao sentido de suas palavras, de tal forma que o sujeito é capaz de regular a sua argumentação segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Assim, ele pode escolher a forma como deseja produzir o seu discurso, dizendo de uma forma e não de outra.

Outro fator fundamental para a constituição do discurso é o mecanismo das imagens; esse mecanismo produz a imagem do sujeito e também a imagem do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica, ou seja, o funcionamento do discurso não se dá pelos sujeitos físicos nem pelos lugares empíricos no qual estão inscrito na sociedade. Mas por meio das imagens projetadas na situação discursiva. Assim se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno, da mesma forma, um padre, ou um presidente de associação de bairro, um sindicalista ou mesmo um presidente da república não falam em seu nome. Mas se pronuncia publicamente em nome do grupo ideológico que ele representa, a partir de um direito reconhecido institucionalmente, por isso, seu discurso é gerador de poder. Esse mecanismo é denominado de Relação de Força.

Para Pêcheux (1969) o discurso caracteriza-se como resultantes das relações de papéis sociais determinadas, com isso, ele propõe um esquema de formações imaginárias da seguinte maneira:

- a) Da posição do sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?),
- b) Da posição do sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim?),

c) Da posição do sujeito interlocutor situado no locutor (quem sou eu para que ele me fale assim?),

d) Da posição do sujeito locutor situado no interlocutor (quem é ele para que ele me fale assim?).

Além dessas formulações, Osakabe (1999) acrescenta outras perguntas não menos importantes:

- 1) Qual imagem faço do ouvinte para lhe falar dessa forma?
- 2) Qual imagem penso que o ouvinte faz de mim para que eu lhe fale dessa forma?

Segundo Orlandi (2009) é a partir desse jogo imaginário que presidirá a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor vem a fazer dele. Bem como a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso. E assim, sucessivamente. É dessa relação discursiva complexa que podemos encontrar, por exemplo, operário falando do lugar de patrão, aluno do lugar de professor, filho do lugar de pais, e etc.

Diante dessas conjeturas, podemos dizer que as palavras não possuem sentido nelas mesmo. Mas são determinadas pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que elas são produzidas, a partir de uma conjuntura que determina o que pode e deve ser dito. Sendo assim, Orlandi (2009) ressalta ainda que a noção de formação discursiva é a base da Análise do Discurso, pois permite compreender o processo de produção de sentido, em relação com a ideologia, dando possibilidade de se estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

2.3. O dito e o não dito

Diante dos conceitos que apresentamos sobre o significado do dizer, cabe nesse momento refletir sobre o não dito, uma vez que o discurso quando pronunciado há sempre, implícito o não dito que também vem carregado de sentido. Não é à toa que alguns estudiosos tem se dedicado aos estudos de pressupostos e subentendidos, nos quais encontramos como grande exemplo o trabalho desenvolvido por O. Ducrot (1987).

Para esse autor, tentar apresentar num enunciado um sentido fora do seu contexto é enganar-se a si mesmo, uma vez que, em suas palavras, “uma ocorrência fora do contexto não passa de uma ocorrência produzida em um contexto artificialmente simplificado”. Isto significa dizer que, para cada enunciado há uma infinidade de significados decorrentes de infinidade de contextos possíveis, então, além dos conhecimentos habituais da lingüística, necessita-se de outros conhecimentos que envolvem a psicologia, a história e a sociologia. Sendo assim, o sentido expresso nos enunciados é apenas um dos vários sentidos que podem estar ali imbricados.

O trabalho realizado por Ducrot faz referência a criação de um pequeno número de regras que auxilia na combinação dos efeitos de sentidos de um enunciado, integrando o componente lingüístico ao extralingüístico.

2.4. Pressupostos e subentendidos

Ducrot (1987) dividiu as ocorrências de um enunciado em dois compartimentos fundamentais: o primeiro componente é chamado de *Componente Lingüístico*, neste primeiro momento o significado do enunciado é obtido sem nenhuma relação com o contexto do enunciado. Já o segundo componente é chamado de *Componente Retórico*, neste momento, as circunstâncias da enunciação são mobilizadas para explicar o sentido real de uma ocorrência.

Com esse conhecimento o autor analisa as relações de sentidos de um enunciado, mostrando que é possível descrever uma delas a partir do componente lingüístico mas a outra exige a intervenção do componente retórico. Veja-se o seguinte exemplo prático: “José parou de beber.” Para se aceitar o fato de José ter deixado de beber, toma-se como verdadeira outra informação que, embora não dita na frase, é logicamente pressuposta pelo verbo *parar*, ou seja, se José parou de beber, é porque antes ele bebia. Por outro lado, a informação deixa de ser válida se José nunca bebeu.

Ilari e Geraldi (1994) explicam que a pressuposição é um “conteúdo implícito, sistematicamente associado ao sentido de uma oração, tal que a oração só pode ser verdadeira ou falsa se o conteúdo em questão for reconhecido como verdadeiro”. No exemplo citado acima, percebe-se que a pressuposição lógica ou semântica é parte do conhecimento partilhado pelo falante e pelo ouvinte. Assim, diz-se que sua noção é relacionada ao sentido das palavras inscritas no enunciado, mas

também, como diz Cançado: “a um conhecimento prévio, extralingüístico, que o falante e o ouvinte têm em comum”(2005, p.27-28); dessa feita, o conteúdo pressuposto “Jose bebia antes”, já é conhecido pelos interlocutores e permaneceria inalterado mesmo se assumisse outras formas, como a interrogativa, ou mesmo como uma condicional (suposição) antecedendo outra sentença: a) José parou de beber; b) José não parou de beber; c) José parou de beber?; d) Se José parou de beber, sua esposa deve estar contente. O pressuposto, pois, faz sentido em qualquer uma dessas situações, ainda que modifiquemos sua forma sintática. Com isso, Frege (1892) conclui que:

O enunciado possui pressuposto enquanto ato, ou melhor, enquanto objeto de um ato – e não como ato propriamente lingüístico. Portanto, eles não podem ser considerados elementos do seu conteúdo, pois outros atos, não lingüísticos, também são afetados por pressupostos. (FREGE *apud* KOCH, 1996. p. 51)

Os subentendidos, por sua vez, desempenham um papel fundamental na interpretação dos enunciados orais ou escritos, uma vez que são definidos como um conjunto de normas que devem ser respeitadas pelos interlocutores num ato de comunicação verbal.

No entanto, Koch (1996, p. 69) distingue os pressupostos e subentendidos da seguinte forma: a primeira como parte integrante dos enunciados; já o subentendido diz respeito à maneira como o sentido deve ser decifrado pelo destinatário. Ou seja, enquanto os pressupostos estão relacionados a um componente lingüístico – presente no próprio enunciado – independente das condições de ocorrência, os subentendidos estão previstos por um componente retórico que leva em conta as circunstâncias da enunciação, estando, portanto, ausentes no enunciado.

Assim, o pressuposto é uma informação estabelecida como indiscutível ou evidente tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois a estrutura lingüística oferece os elementos necessários para depreender o sentido do enunciado. Já o subentendido, por possibilitar dizer algo não mencionado textualmente, passa a ser de responsabilidade do ouvinte/leitor.

Segundo Borba (1998, p. 253), um enunciado como “Conheço muito bem os políticos de hoje” pode sugerir mais valores semânticos do que o enunciado declara, como, por exemplo, pode querer dizer que são desonestos. No entanto, se o locutor do enunciado é contestado pelo ouvinte quanto ao conteúdo do seu dizer, poderá alegar que quem está dizendo isso é o ouvinte e não ele, que não disse isso que o ouvinte

interpretou. Ou seja, defende-se atrás do sentido literal das palavras para se safar da interpretação. Portanto, o subentendido pode servir para o emissor proteger-se.

Ao enunciar algo que pode ser subentendido, pode ter a intenção de transmitir a informação que deseja, mas sem se comprometer. Assim, o falante não diz explicitamente, mas dá a entender, deixando subentendida alguma informação, isto é; deixa-a camuflada para não se comprometer.

Para a AD¹ outras formas de se trabalhar o não dito é através do silêncio. Assim, Orlandi (1993) afirma que o silêncio é pensado como o lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Desse modo, a autora divide a teoria do silêncio em duas partes: o silêncio constitutivo e o silêncio local. O silêncio constitutivo é entendido como oposição entre duas palavras, por exemplo; a expressão “sem medo” silencia o seu oposto “com coragem”, pois uma palavra apaga a outra, já o silêncio local refere-se à censura, aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura.

2.5 Argumentação e discurso

Todo ser humano é constantemente impelido a julgar, criticar, avaliar e formar juízo de valor, e isso se faz por intermédio da linguagem. Koch (1996) em seu estudo sobre a linguagem toma a argumentação como ato lingüístico fundamental no processo dialógico e discursivo. Pois é através do discurso que o homem tenta influenciar o comportamento e opinião do outro.

Ao produzir um discurso, o homem se apropria da língua, não só com o fim de veicular mensagem, mas principalmente, com o objetivo de atuar, de interagir socialmente, instituindo-se como EU e constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro, que é por sua vez constitutivo do próprio EU, por meio do jogo de representações e de imagens recíprocas que entre eles se estabelecem. (KOCH,1996, p. 21)

Com efeito, nenhum discurso se faz de forma ingênua, mas vem carregado de intenções que irão conduzir o seu interlocutor a uma determinada conclusão. Adotando o mesmo ponto de vista, Koch (1996: 19) também acredita que a neutralidade é apenas um mito: “o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia”. Assim, para fundamentar sua teoria, a autora fala sobre a distinção entre o

¹ Análise do Discurso

que se costuma chamar de *dissertação* e de *argumentação*. Tem-se a primeira como limitada apenas a exposição de idéias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal. Porém, esse postulado cai por terra, à medida que reconhecemos que a simples seleção de opiniões a serem reproduzidas já implica por si mesma uma opção.

Braga (1980), seguindo o modelo pragmático, caracteriza o discurso como sendo, fundamentalmente, argumentativo; pois, acredita que o homem se serve da linguagem não apenas para transmitir informação, mais o faz em vários tipos de situação. Nesta perspectiva a autora afirma que:

Linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumentos de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida que esta engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso é o lugar privilegiado da manifestação da ideologia. (BRAGA *apud* BRANDÃO, 2002, p.12)

O estudo sobre o discurso e, em decorrência, o da argumentação, passou a ocupar um lugar central nas pesquisas acerca da linguagem no momento em que se passou a incorporar a *Enunciação* aos estudos dos enunciados lingüísticos, surgindo, com isso, a *Teoria da Enunciação*.

Assim, vários pesquisadores analíticos, entre eles Austin e Searle, nos EUA, dedicaram-se aos estudos dos atos de linguagem, que corresponde aos atos ilocucionários e perlocucionários; o primeiro caso diz respeito à força com que os enunciados são produzidos, enquanto o segundo, aos “efeitos” visados pelo uso da linguagem, entre os quais o de convencer e persuadir.

Porém, enquanto alguns escritores tomam o ato de convencer e persuadir como quase sinônimos, Perelman (1996), em seus estudos sobre a argumentação, distingue-os da seguinte maneira: O ato de convencer está ligado unicamente à razão, por meio de um raciocínio lógico e provas objetivas, sendo capaz de atingir um “auditório universal”. Já o ato de persuadir procura atingir a vontade dos interlocutores, por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, daí seu caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se a um “auditório particular”. Neste caso, não se leva em conta a certeza das provas, mas a inferências que podem levar esse auditório a adesão dos argumentos.

Sabendo disso, reconhecemos que o ato de convencer ou persuadir não é uma tarefa fácil, pois os discursos devem estar bem estruturados, conter todos os

elementos necessários a sua compreensão, e devem obedecer às condições de coesão e coerência para se produzir comunicação.

Desse modo, para se constituir um texto, não basta um amontoado de frases soltas, desconexas, mas é preciso que as unidades lingüísticas que as compõem estejam encadeadas de maneira a produzir sentido. O mesmo ocorre ao discurso para que este produza o efeito de sentido desejado. A respeito disso Osakabe (1999) esclarece que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação dos enunciados que compõem um texto como fator básico não só de coesão, mas principalmente de coerência textual.

Como já foi dito anteriormente, o sentido dos enunciados nem sempre aparece desvelado na frase, muitas vezes, o interlocutor recorre a algumas estratégias da linguagem para se comunicar, entre as quais, temos os implícitos e explícitos. Com efeito, Ducrot (1981) ressalta a existência de uma estratificação do dizer, ou seja, há na linguagem os níveis de significação, que são essenciais para se descrever o discurso de alguém, pois “não basta indicar o que a pessoa disse, mas também em que nível ela disse”. (DUCROT *apud* KOCH, 1996, p. 25).

Nesse sentido, Koch (1996) explica que o sentido explícito constitui, nas línguas naturais, apenas um nível semântico, de modo que, subjacente a ele, pode dissimular outros níveis de significação que são chamados de implícitos. Além disso, a autora estabelece outros níveis de implícitos, nos quais são classificados como: *implícito absoluto* compreendendo “aquilo que se introduz por si mesmo no discurso”, independe da vontade do locutor, pois ele o diz “sem que o queira ou mesmo sem que o saiba” (KOCH, 1996, p. 25). O *implícito relativo* que está ligado às intenções do locutor. Ou seja, parte do pressuposto de que quem fala tem determinadas intenções que serão captadas no processo de comunicação, desse modo, é possível prever uma pluralidade de interpretações. Assim, é possível dizer que o ato ilocucionário possui um caráter público, pois como diz a autora, possui um caráter “declarado”, apesar de não negar a responsabilidade do implícito.

Segundo esse ponto de vista, podemos afirmar que o sentido literal nada mais é senão um efeito de sentido entre outros, portanto, não se apresenta como algo pré-existente à decodificação, mas constituído por ela. Essa noção tradicional de que a interpretação era devida unicamente à inteligibilidade da frase não se sustenta, uma vez que a comunicação só é totalmente efetivada quando as lacunas deixadas pela

decodificação passam a serem preenchidas por indicações que apenas a situação do discurso pode fornecer.

Assim, considerando o discurso como algo que produz ação, já que o mesmo tenta agir sobre o comportamento do outro, devemos estudar a língua em sua situação real de uso, e não de forma isolada no mundo. Por isso, a língua precisa ser contextualizada pragmaticamente, isto é, analisada em situações de interação. E das formas de fazer isso é estudar os atos de fala.

Segundo Anscombe (1980), é possível estabelecer quatro atos de linguagem: a) *os primitivos*, que consistem nos atos ilocucionários cuja frase subjacente é marcada para esses atos, b) *os atos derivados marcados* que exigem a intervenção de leis do discurso para a interpretação do enunciado, como a presença de certos marcadores de derivação, como por exemplo; você pode (ou quer) abrir a janela? c) *os derivados alusivos* cuja possibilidade de derivação não está indicada na frase, mas apresenta-se de forma implícita. Esses atos são freqüentemente utilizados na estratégia dos subentendidos e da insinuação. d) e por fim, os atos perlocucionários são os atos responsáveis pelo efeito de humilhar, ofender, atemorizar, gabar e etc, esses atos não são, em hipótese nenhuma, marcados no enunciado, sendo, portanto, um ato totalmente lingüístico realizado no e pelo discurso.

Diante do que foi dito, é correto afirmar que não basta conhecer apenas o significado literal das palavras ou mesmo a sentença de uma língua; é preciso, sobretudo, reconhecer todos os empregos possíveis, sendo que este pode variar de acordo com as circunstâncias de sua produção ou com a intenção do falante. O conceito de situação deve englobar a situação real dos fatos no mundo, que podem ser avaliada em termos de verdade/falsidade ou referência, mantendo uma ligação constante entre texto e realidade.

Segundo Koch (1996, p. 30) além desses atos acima mencionados, a linguagem é constituinte de mais três atos: o falar, dizer e mostrar.

- a) *O falar* consiste na produção de frases, decorrentes da capacidade do falante de produzir determinados sons de acordo com determinadas regras gramaticais, isto é, de comporta-se gramaticalmente de acordo com essas regras. É o nível gramatical, a que se refere Benveniste (1966), correspondendo ao ato locucionário de Austin (1962). A frase é uma entidade fono-morfo-sintática, decorrente das leis segundo as quais os signos se combinam numa dada língua.

- b) *O dizer* consiste em produzir enunciados, estabelecer relação entre uma seqüência de sons e um estado de coisas. O enunciado é uma entidade semântica.
- c) *O mostrar* está ligado à enunciação, ou seja, liga-se ao contexto para mostrar sua intenção (grifo meu). Visto a luz do processo de enunciação, o enunciado passa a ter um sentido, que incorpora o processo de significação e mostra a direção para a qual o enunciado aponta seu futuro discursivo.

Nessa acepção, Koch (1996) ressalta que os sentidos dos enunciados se concretizam quando as frases se atualizam através do contexto, sendo assim, o dizer e o mostrar constituem dois níveis de significação que funcionam de maneiras diferentes. Enquanto a *significação* do enunciado é dada pela relação entre a linguagem e o mundo, constituindo o domínio da semântica, o *sentido* é dado pela relação entre língua e homens, constituindo o campo da pragmática.

3 O DISCURSO POLÍTICO

Desde a antiguidade que o discurso político é objeto de estudo de diversos pensadores, como Platão, Kant, Weber, Arendt, Foucault, Bourdieu e Hebermas, dentre outros, e já foi analisado sob o prisma teórico de várias disciplinas como: a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia Social, a Antropologia Social, a Ciência Política e a Ciência da Linguagem, e nenhuma conseguiu esgota-lo. De fato, a complexidade de relações de poder instaurado no campo político, cria a possibilidade de se inscreverem, simultaneamente, diversas questões: a da ação política, as instâncias e os valores que interagem nessa ação.

Sendo assim, de acordo com Charaudeau (2006) linguagem e ação são dois componentes de troca social que tem uma autonomia própria e que, ao mesmo tempo, se encontram em uma relação de interdependência recíproca e não simétrica. Neste sentido, o autor enfatiza que todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, mantendo um *princípio de alteridade*, pois é no confronto com o outro que se toma consciência de si. Nessa relação, o sujeito precisa agir sobre o outro para definir sua identidade, gerando o que Charaudeau chama de *princípio de influência*. Por outro lado, quando cada sujeito desenvolve seu próprio projeto de influência, cria-se a necessidade de gerenciar as influências segundo *um princípio de regulação*.

Embora a linguagem imprima uma ação, o agir sobre o outro não se resume em questões simples do tipo alguém fala e o outro obedece. Mas exige uma condição prévia que coloca o outro na obrigação de tomar uma decisão, seja ela agradável ou não. Em outras palavras, coloca o outro em posição de submissão em relação ao sujeito que fala. Essa condição é acompanhada de intenção seguida de um efeito, que confere ao sujeito que fala certa autoridade. Por isso, assinala Charaudeau:

Desde que essa (autoridade) seja reconhecida pelo parceiro na troca, o projeto de influencia adquire certo poder de ação. Da mesma forma, o sujeito alvo é colocado em uma posição de dominado, o sujeito de autoridade em uma posição de dominante e os dois em uma relação de poder. Assim pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de forças que os sujeitos mantêm entre si, relações de forças que constroem simultaneamente o vínculo social. (CHARAUDEAU, 2006, p. 17)

Segundo o referido autor a ação política é movida por três instâncias: a política, a cidadã e a midiática. A instância política, em sua acepção, é aquela que toma

a decisão, deve, portanto, agir em função do coletivo, uma vez que é a ação política que determina a vida social a partir de sua organização. Sendo, ao mesmo tempo, a que permite que uma comunidade tome decisões coletivas, movida por um bem comum. Nasce assim, um exercício que consiste em ditar a lei e sancioná-la, sempre se assegurando do consentimento da instância cidadã.

Segundo Charaudeau (2006) a instância política encontra-se, entretanto, entre dois processos contraditórios: a produção comunicativa, de um lado, que remete a busca pela dominação legítima, instituindo, dessa forma, o acesso da instância política ao poder ou a manutenção dessa posição. Por outro lado, a constituição dessa legitimação pelo sistema político, com a qual o poder administrativo estabelece uma relação reflexiva. Sobre esse assunto abordaremos no capítulo adiante.

Então, pode-se afirmar que a instância política é o lugar de governança, no qual quem a busca é movido pelo desejo de ocupar lugar de poder e nele se manter, apesar desse desejo não ser afirmado de forma explícita para não correr o risco de ser acusado de contraproducente. Nesse sentido o autor ressalta que:

A instância política encontra-se no lugar em que os atores tem um “poder de fazer”, isto é, de decisão e de ação - e um “poder de fazer pensar” – isto é, de manipulação. [...] por conta disso, a instância que os reúne está em busca de legitimidade, para ascender a este lugar, de autoridade e credibilidade, para poder geri-lo e nele se manter. (CHARAUDEAU, 2006, p. 56)

A instância Cidadã, segundo Charaudeau (2006) está integrada a um regime democrático, fazendo com que o cidadão exerça sua soberania, em parte, ao eleger um representante, sendo assim, esta se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo e que os atores buscam um saber através da mídia, dos debates e declarações públicas para poder julgar as propostas e ações que lhes são impostas além de poder escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes. Trata-se, portanto, de uma relação recíproca de influência, mas não de governança e de discurso de legitimação e de credibilidade da instância política.

Para Charaudeau (2006) o discurso baseado em questionamentos da legitimidade e credibilidade é aquele que reproduz as reivindicações e interpelações de um povo: se reivindica quando protesta contra determinadas medidas (ou omissões) políticas, e se interpela quando se exige explicações aos representantes.

A instância midiática, segundo Charaudeau (2006), encontra-se igualmente fora da governança, sendo considerada para o autor como o elo que se vale de diferentes

modos de mediação tais como: panfletos, cartazes de rua, carta confidencial e grande veículo de informação, nos quais esses meios de propagandas servem para ligar a instância política à instância cidadã.

O autor informa ainda que a instância midiática encontra-se em um duplo dispositivo; o de exibição e de espetáculo. O primeiro dispositivo corresponde na busca da credibilidade dos cidadãos e dos políticos. Por isso, inscreve seu discurso na lógica de informar e de promover o debate democrático. Já o de espetáculo corresponde a busca por cooptação, ou seja, captação de um maior número de adeptos, dada a sua situação de concorrente com outros órgãos de informação, sendo assim, inscreve-se numa lógica de sedução comercial. Essa instância apresenta ainda outros dois enfoques: o de cooptação e o de credibilidade. No primeiro enfoque o sujeito é levado a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público. No outro, trata-se de capturar o que foi escondido sob as declarações dos políticos e a interpelar ou mesmo acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública.

Por isso, podemos afirmar que a opinião pública encontra-se sobre influência dos três setores da ação política; a instância política, cidadã e midiática. Conforme afirma Charaudeau:

O dispositivo de contrato de comunicação política é, de certa forma, uma máquina de forjar discurso de legitimação que constroem imagens de *lealdade* (para a instância política), que reforçam a legitimidade da posição de poder; de *protesto* (para a instância cidadã), que justificam a legitimidade do ato de tomar a palavra; de *denúncia* (para a instância midiática) que mascara a lógica comercial pela lógica democrática, legitimando esta em detrimento daquela. (CHARAUDEAU, 2006, pp. 63-64)

Diante dessa relação complexa entre a construção da opinião pública e a credibilidade da imagem política, Charaudeau (2006) ressalta a importância do espaço de discussão e de persuasão como lugar de construção de valores dos quais dependem a ação política.

Segundo o autor, todo o discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação: lugar de trocas simbólicas desenvolvidas sob uma constante relação de força. E um campo de enunciação: lugar de mecanismo de encenação da linguagem, no qual resulta na relação chamada de “contrato de comunicação”. Nesse sentido Charaudeau afirma que:

A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relação de dominação ou pacto de convenção. Conseqüentemente, o discurso das idéias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o verdadeiro, o falso e o possível). (CHARAUDEAU, 2006, p. 47)

Isso justifica o fato de se estudar as condições do discurso político e as estratégias comunicativas estabelecidas na pela linguagem.

3.1. As condições do discurso: Dispositivo, Identidade e Legitimidade.

Segundo Charaudeau (2006) não somos completamente livres quando falamos, pois embora sejamos seres dotados de uma individualidade singular, forjamos essa individualidade e essa singularidade mediante nossas relações com os outros. Portanto, somos ao mesmo tempo seres coletivos e individuais, mas estamos buscando sempre uma distinção e autofirmação do Eu:

Seres coletivos que partilham uma identidade com os outros, pois é difícil conceber seu Eu sem sua socialização; seres individuais que procuram diferenciar-se para construírem uma unidade própria, pois é difícil conceber seu Eu sem se distinguir dos outros. (CHARAUDEAU, 2006 p. 51).

Somos, portanto, relativamente livres para proceder a um uso discursivo que nos caracteriza de forma exclusiva, permitindo nossa individualização; e coletivo, quando somos constrangidos pelas normas e convenções da linguagem que partilhamos com o grupo. Conseqüentemente, a comunicação humana é comparada a um teatro, pois cada cena que os seres humanos representam, por meios de seus atos de linguagem, é considerada como espetáculos relacionais diversos nos quais alguns papéis estão previstos e outros são improvisados.

Dentro desse quadro comparativo está a cena política, a qual está representada a relação de poder segundo os lugares, os papéis e os textos previstos pela dramaturgia de que dispõem os atores. Nesse sentido, é preciso distinguir as situações comunicativas de estratégias, uma vez que a situação é estruturada segundo um dispositivo que assegura um lugar determinado aos parceiros da troca.

Segundo Charaudeau (2006) há duas concepções mais correntes para o termo dispositivo: uma que se refere à organização material das coisas; ou seja, disposição particular das diferentes partes de um aparelho ou máquina, e outra que faz referência a organização conceitual das atividades humanas (termo militar, armamentos , tropas). Entretanto, para o autor, o dispositivo é antes de tudo, de ordem conceitual:

Ele é o que estrutura a situação na qual se desenvolvem as trocas linguageiras ao organizá-las de acordo com os lugares ocupados pelos parceiros da troca, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade. (CHARAUDEAU, 2006 p. 53)

O dispositivo representa, portanto, aquilo que garante uma parte da significação do discurso político ao fazer com que todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado, e a ele relacionado. Assim, para o autor, o dispositivo desempenha o papel de fiador do contrato de comunicação. Visto que, a ele cabe o papel de registrar como é organizado e regulado o campo de enunciação de acordo com as normas de comportamento e com o conjunto de discurso potencialmente disponíveis aos quais os parceiros poderão se referir.

Sendo assim, é importante definir quem são os parceiros desse contrato, uma vez que, não são as pessoas de carne e osso, mas sim, entidades humanas. Dessa forma, Charaudeau (2006) os define como categorias “abstratas, desencarnadas e destemporalizadas”, pois são definidas pela posição que ocupam no dispositivo e com as quais os indivíduos são remetidos. Por isso, são chamadas de instâncias, como vimos anteriormente. Nesse sentido o autor conclui:

Assim, em cada dispositivo, as instâncias se definem de acordo com seus atributos identitários, os quais por sua vez, definem sua finalidade comunicacional. Em todo ato de comunicação, o conhecimento das pessoas é necessário, mas de forma alguma suficiente. É preciso acrescentar o conhecimento das instâncias, sem o qual a interpretação do falar das pessoas seria equivocada. (CHARAUDEAU, 2006, p. 55)

Sobre a identidade do sujeito político, Charaudeau (2006) afirma que o ser de palavra, quer se queira, quer não, é sempre duplo, pois, como já sabemos, o campo político é encenado de forma que os diversos atores representam as comédias, os dramas ou as tragédias do poder mediante relações de legitimidade, de credibilidade e de cooptação. Mas, então, como definir a natureza da identidade desses atores, já que uma

parte é construída pelo que diz o discurso, e a outra se refugia na legitimidade do ser social? Como saber qual das duas são verdadeira? O autor responde que as duas são verdadeiras, pois uma não poderia existir sem a outra, pois só adquirem sentido quando estabelecem uma relação entre si.

Quanto à questão da legitimidade, de maneira geral, o termo designa o estado ou a qualidade daquele cuja ação é bem fundamentado, isto é, pode-se está ou não legitimado a tomar a palavra em uma assembléia ou em uma reunião, como também aplicar uma lei ou sanção ou a uma gratificação. Essa legitimação depende do reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, realizado em nome de um valor que é aceito socialmente, ou seja, ele é o que dá direito aos sujeitos exercerem um poder específico. Segundo Charaudeau:

A legitimidade é instituída em sua origem para justificar os efeitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros do grupo. Ele depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a seus atores. (CHARAUDEAU, 2006, p. 65)

Com efeito, a legitimidade não é exclusividade do domínio político, por exemplo, a área jurídica, regida por uma lógica da lei e da sanção, nos quais os atores são legitimados pela obtenção de um diploma e o estatuto institucional é adquirido através de um sistema de recrutamento por concurso. Bem como, uma profissão que é protegida pelas regras da instituição. E também o domínio econômico, que é regido pela lógica do lucro, nos quais os atores são compelidos a respeitar as regras da concorrência. Assim também, a legitimidade da instância política depende, no domínio político, da maneira como essa legitimidade lhe é atribuída. Sendo assim, Charaudeau (2006) afirma:

A legitimidade é realmente o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um *estatuto* (ser reconhecido em função de um cargo institucional), em nome de um *saber* (ser reconhecido como sábio) em nome de um *saber-fazer* (ser reconhecido como especialista). (CHARAUDEAU, 2006, p.)

O autor adverte ainda quanto à distinção entre *legitimidade* e *credibilidade*, pois a primeira determina um direito do sujeito de dizer ou de fazer; a segunda, uma capacidade do sujeito de dizer e fazer. Assim, questionar a legitimidade é questionar o

próprio direito e não a pessoa. Em contrapartida, questionar a credibilidade é questionar a pessoa, se acaso essa não apresentar provas do seu poder de dizer ou fazer.

No âmbito da estância política, a legitimidade depende da maneira como lhe foi atribuída, num país democrático, a legitimidade decorre de uma posição de livre aceitação em relação a uma eventual sanção que poderia lhe ser aplicada e não a uma submissão forçada. A legitimidade é apenas provisória, ou seja, dura somente o tempo do mandato. Sendo assim, o sujeito sabe que essa legitimidade é acordada pela instância cidadã, que é o alvo do seu discurso.

Seguindo essa lógica, o povo é que tem poder de governar para o seu próprio bem, é ele que se constitui ao mesmo tempo como doador e beneficiário de sua própria busca de felicidade. Para tanto, a legitimidade política instaura um sistema de delegação de poder, no qual o povo elegerá os seus representantes, pois dificilmente é concebível que a totalidade de um povo governe.

Daí surge a ambiguidade e ambivalência no domínio político, uma vez que a legitimidade é exercida segundo um jogo de reconhecimento recíproco que faz com que povo e soberanos sejam dependentes uns dos outros. Sendo assim, a legitimidade política é sempre resultado de um olhar social que reflete os valores em nome dos quais essa se funda e que poderá ser mensurada por meios das eleições.

3.2. As estratégias e imagens dos atores políticos.

Charaudeau (2006) ressalta a importância da imagem na construção da identidade e legitimidade política, uma vez que o povo é mais propício a votar em razão de uma imagem e de algumas frases de efeito do que em razão de um programa político. Sabendo disso, o político procura construir para si a imagem de um antecessor benfeitor, capaz de unir condição humana da realidade social a um invisível ideal social.

Nesta concepção, a política representa um domínio de prática social em que se enfrentam relações de forças simbólicas para a conquista e a gestão de um poder, no qual só pode ser exercida na condição mínima de ser fundada sobre uma legitimidade adquirida e atribuída. O autor ressalta ainda que o político encontra-se em uma dupla posição, pois, por um lado, deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores. Para tanto, é importante entender que:

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponde ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponde à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder: o primeiro constitui o que anteriormente chamamos de posicionamento ideológico do sujeito do discurso; a segunda constrói a posição do sujeito no processo comunicativo. (CHARAUDEAU, 2006, pp. 79-80).

Diante dessa afirmação, pode se concluir que o discurso político se vale dessa dupla identidade discursiva para criar uma identidade do singular coletivo, pois a voz do político presente no discurso é representada pela voz de todos. Ou seja, ao se dirigir ao povo, o político, é como se fosse apenas o porta-voz de um Terceiro. Charaudeau (2006) fecha esse pensamento ao afirmar que o político estabelece uma espécie de pacto de aliança entre três tipos de vozes: a voz do Terceiro, a voz do Eu, e a voz do Tu-Todos, no qual se entrecruzam e se fundem em um corpo social abstrato, freqüentemente, expressa por um Nós que desempenha o papel de guia.

Para tanto, é necessário que o político saiba inspirar confiança, admiração, e, sobretudo, que saiba aderir à imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções. Uma vez que o discurso persuasivo está diretamente ligado a emoção.

Charaudeau (2006) mostra que desde a antiguidade alguns estudiosos já relacionavam o discurso persuasivo à razão e a emoção, assim para Aristóteles, em sua teoria sobre a persuasão, já se admitia a idéia de que não se pode contentar-se apenas em raciocinar. Mas era preciso “tocar” os juízes, os jurados e o auditório. Do mesmo modo, até os dias de hoje, não se pode descartar os sentimentos em nenhum processo linguageiro que tenda a influenciar o interlocutor, nesse sentido, o autor faz uma ressalva, não se pode confundir “convicção com persuasão”; a primeira pertence ao puro raciocínio, funda-se sobre as faculdades intelectuais e está voltada para a verdade. A segunda pertence aos sentimentos, funda-se sobre os deslocamentos emocionais e está voltada para o auditório.

Desde então, Aristóteles propôs dividir os meios discursivos que influenciam o auditório em três categorias: O *logos*, que pertence ao domínio da razão e torna possível convencer; o *ethos* e o *pathos*, que pertencem ao domínio da emoção e tornam possível emocionar. Tanto o *ethos* quanto o *pathos* participam das demonstrações

psicológicas, entretanto, o *pathos* é voltado para o auditório e o *ethos* é voltado para o orador.

Tendo em vista o objetivo do nosso trabalho que é mostrar como se instaura esse jogo de máscara no discurso político, iremos focalizar nossos estudos para a construção do *ethos*.

3.3. A construção do *ethos*.

Para Amossy (2008) tomar a palavra incorre automaticamente na construção de uma imagem de si. Assim, para ela, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, enumere suas qualidades explicitamente, pois o seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, bem como suas crenças implícitas são o suficiente para construir a representação de sua pessoa. A autora acrescenta em seus estudos que a relação de sedução utilizada no discurso, seja em uma entrevista que determine a escolha de um candidato para o cargo, seja nos comícios eleitorais ou nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais, vem demonstrar seu poder de persuasão.

A noção do *ethos* como estratégia discursiva, de acordo com Charaudeau (2006) vem desde Aristóteles, que foi abandonada a partir do século XVIII, por uma crítica literária que a substituiu pela estilística. Porém, reapareceu recentemente, sendo retomada e redefinida por certos pesquisadores da Análise do Discurso.

Benveniste (1991), em seus estudos sobre a Lingüística da Enunciação, coloca no centro de sua análise a construção da imagem de si como peça principal da retórica, enfatizando a inscrição do locutor e a construção da subjetividade na língua. O autor entendia dessa maneira que a enunciação instaura duas “figuras”, igualmente necessárias, que agem sobre os parceiros na troca verbal. Conseqüentemente, ele estabelece uma relação discursiva com o parceiro que coloca as figuras do locutor e do alocutário em relação de dependência mútua.

O sociólogo Erving Goffman (1974), por sua vez, mostra que toda a interação social exige que os atores forneçam, por seu comportamento voluntário ou involuntário, certa impressão de si mesmo, que contribui para influenciar seus parceiros do modo desejado. O autor fala também de representação que para ele é a totalidade da

atividade de determinado indivíduo, em dada ocasião, realizada com o objetivo de influenciar de certa maneira um dos participantes.

Entretanto, a primeira aparição do termo “*ethos*”, no âmbito da linguística, já que esse é discutido desde a antiguidade, encontra-se na Teoria Polifônica da Enunciação de Oswald Ducrot (1984), na semântica pragmática, na qual abandona o sujeito falante real para se interessar pela instância discursiva do locutor, colocando em xeque sua dupla identidade. O autor diferencia o locutor (L) como ser ficcional do enunciador (E) como um ser no mundo. Assim, ao analisar o locutor (L) no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala.

Retomando o conceito de Aristóteles, Roland Barthes (1970), define o *ethos* como os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório sem se importar com a sinceridade do dizer, mas com a impressão que deve causar ao público. Para tanto, quando o orador enuncia uma informação ele está, ao mesmo tempo, dizendo: “eu sou isto, não sou aquilo, eu gosto disso, não gosto daquilo”.

Assim, para Charaudeau (2006) quando se trata de *ethos* é preciso considerar dois aspectos: o *ethos* construído e o pré-construído; o primeiro, seguindo a linha de Aristóteles, refere-se ao *ethos* como ato da enunciação. Ou seja, a imagem do locutor está ligada ao exercício da palavra e ao papel que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo real. Nesta concepção, o orador mostra ao auditório seus traços de personalidade através do uso da linguagem, preocupado mais com a adesão do que com a verdade, levando em conta aquilo que o sujeito falante dá a entender. O segundo, de acordo com Isócrates, Cícero e outros retóricos da Idade Média, *ethos* é entendido como dado “pré-existente ao discurso”, pois, para eles, parece mais virtuoso, sincero e amável quando se é, de fato, virtuoso, sincero e amável.

Considerando as duas linhas de raciocínios, Charaudeau (2006) afirma que para se construir a imagem do sujeito que fala, esse se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso, ou seja, no que ele sabe *a priori* do locutor e nos dados trazidos pelo próprio ato da linguagem.

O *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: o olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. (CHARAUDEAU, 2006 p. 115)

Com efeito, a identidade do sujeito é resultado dessa dupla identidade, que se fundi para dar a idéia de um todo; uma parte do sujeito possui uma identidade social de locutor, pois é ela que lhe dá o direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação. Já a outra parte do sujeito é encenada: trata-se de uma identidade discursiva embasada em papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, reagindo às coerções da situação de comunicação que se impõem.

Para a Análise do Discurso, segundo Maingueneau (2001), O *ethos* é o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem um dos outros ao agirem e falarem. As idéias são construídas por maneiras de dizer que passam por maneira de ser.

Assim, podemos dizer como Charaudeau (2006) que a identidade dos sujeitos não é nada mais que a imagem co-construída resultante desse encontro. Conseqüentemente, cada um é para o outro apenas uma imagem, que por sua vez, representam as inúmeras máscaras que constituem nossa identidade em relação ao outro. Esta afirmação fecha esse pensamento:

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomado ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. (CHARAUDEAU, 2006. Prólogo)

Devemos lembrar que a questão da identidade do sujeito passa por representações sociais que tendem a essencializar essa visão, assim, no campo político pode haver inúmeros tipos de *ethos*: o *ethos* de credibilidade, de sério, de virtude, de competência, variando conforme a imagem de poder que o político deseja se dar. O resultado dessa construção discursiva será realizado de tal modo que os outros, no caso, a estância cidadã, sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito ou não.

4 IDEOLOGIA E LINGUAGEM

A noção de ideologia da forma como Marx e Engels a pensaram tem um sentido negativo, pois se trata de um discurso que encobre uma realidade, uma condição de alienação e de injustiça. Para eles existiam uma separação entre a produção das ideias e a produção material. Com isso, a atividade intelectual criava uma cortina de imagens e pensamentos automatizados que discrepavam das condições empíricas. Com essa separação a atividade intelectual adquire autonomia em relação à prática, e passa a servir à classe dominante, com intuito de encobrir as condições de exploração, ou como diz Marx e Engels:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. (...) Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e distribuição de ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época. (MARX & ENGELS *apud* BRANDÃO, 2002, p. 20).

Deste modo, a ideologia, segundo a visão marxista, é um conjunto de pensamentos e ideias de uma classe superior, que dispendo de poder econômico e material, impõe suas ideias a todos, com isso, a forma de pensar de uma minoria é estendida para maioria, completando no nível simbólico, a dominação que ocorre no plano econômico e social. Para que essa distensão e contradição, decorrente da adoção de um ideal pertencente a uma classe específica por outras classes, se mantenham, existe um trabalho de coerção intelectual e cultural, isto é, os pensadores comprometidos com a classe dominante passam a ditar os modos de agir, de pensar e sentir.

Desta maneira, a ideologia cria uma abstração que afasta as pessoas da sua própria realidade, conservando-as em um topo constante, que as impede de ter consciência de sua condição de subjugados. Assim, “necessária à dominação de classe, a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade”, mas para que essa ilusão seja mantida, a ideologia se apresenta “como um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e

prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem sentir...”(CHAUÍ *apud* BRANDÃO, 2002, p. 21). Deste modo, a ideologia se prontifica a explicar a realidade do ponto de vista teórico e prático, mas isso é feito de modo parcial, a fim de não se delatar, encobre as lacunas e as contradições, com explicações que se apresentam como totais, quando na verdade são representativas de uma pequena parcela da sociedade.

Assim, na visão marxista a ideologia mascara a realidade, com o propósito de garantir que determinada classe se mantenha como hegemônica, e que as contradições que permitem a supremacia de uma minoria não sejam desveladas. Mas, essa concepção marxista foi formulada tendo como base a divisão de classe, basicamente a burguesa e a proletária. Com o passar do tempo, essa divisão se problematizou e surgiram novas instâncias de poder, assim como novos instrumentos ideológicos de dominação, um pensador que reflete sobre a ideologia, a partir de Marx, mas atualizando seu sentido à luz de matizes mais complexos, é Althusser.

Althusser acredita, assim como Marx, que a ideologia é mantida por uma classe dominante como forma de subjugar outras, mas acrescenta a esta proposição dois conceitos importantes que esclarecem como a ideologia é perpetuada. Trata-se de dois instrumentos de dominação que realizam, constantemente, a manutenção da ideologia, e são eles: os Aparelhos Repressores (que corresponde ao Governo, administração, Exército, Tribunais, prisões, dentre outros) e os Aparelhos Ideológicos (que corresponde à religião, escola, família, Direito, Política, Sindicato, Cultura, informação, dentre outros). Juntos estes dois instrumentos são usados pelo Estado para “forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração” (BRANDÃO, 2002, p. 22). As principais diferenças entre os Aparelhos Repressores e Aparelhos Ideológicos tangem ao seu funcionamento, sendo que os primeiros “funcionam de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia” enquanto que os segundos “funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão” (ALTHUSSER *apud* idem). Ou seja, os primeiros agem reprimindo materialmente pela força e pela ação das instituições do Estado, enquanto os segundos atuam no campo da linguagem, no campo simbólico e da cultura, e manipulam o pensamento e o comportamento. Os dois avançam conjuntamente. Embasam-se mutuamente, garantindo a hegemonia da ideologia da classe dominante.

Mas Althusser não se restringe em descrever a ideologia apenas no viés da divisão de classe, ele também se ocupa em caracterizar o que chama de “ideologia geral”, que serviria para revelar o mecanismo de qualquer ideologia, para isso estabelece três hipóteses.

A primeira hipótese parte da proposição de que *a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência*, ou seja, a ideologia é a forma pela qual o indivíduo estabelece contato com sua realidade, suas condições reais são sempre permeadas pela imaginação, no campo da linguagem, da representação simbólica que o indivíduo se encontra com a realidade concreta, “o imaginária é o modo através do qual o homem atua, relaciona-se com as condições reais de vida” (BRANDÃO, 2002, p. 22). Essa intermediação simbólica exige um distanciamento da realidade, e este distanciamento pode resultar em uma transposição ou uma deformação imaginária das condições reais de existência do homem.

A segunda hipótese tem como base a seguinte afirmação: *a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas*, isso pressupõe que as ideias e ideais precisam ser acompanhadas de uma práxis, elas existem dentro de ritos concretos, e a prática conseqüentemente atende o apelo de uma ideologia, com isso “a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações. Isso leva Althusser a concluir que a prática só existe numa ideologia e através de uma ideologia” (BRANDÃO, 2002, p. 23). Com isso, a prática e ações humanas são orientadas por uma ideologia, e a ideologia só existe quando é capaz de mobilizar uma prática.

Por fim, a terceira hipótese da afirmativa de que *a ideologia interpela indivíduos como sujeitos*, pois, no momento que um aparelho ideológico (religião, escola, cultura) recruta o indivíduo é que este pelo reconhecimento, identificação, assume um papel social. Com isso, o sujeito é o agente da ideologia, seu realizador e provedor. Uma ideologia que não recebe o engajamento de nenhum indivíduo, ou nenhum indivíduo se tornar sujeito por reconhecimento a ela, esta deixa de existir.

É preciso, porém, trazer para a discussão as ideias de Paul Ricoeur, com intuito de relativizar a concepção de tendência marxista com um conceito que se coloca de forma imparcial, ou se propõe analisar a ideologia em um estágio anterior ao critério de divisão de classes sociais. Para isso, Ricoeur investiga a ideologia em três aspectos: *a função geral da ideologia, a função de dominação e a função de deformação*.

A *função geral da ideologia* é manter a coerência de um grupo, estabelecer uma unidade. E esse primeiro papel da ideologia, na visão de Ricoeur se caracteriza em cinco pontos. O primeiro deles é que a ideologia tem como função perpetuar “um ato fundador inicial”, desdobrando-o na memória coletiva, com intuito de preservar uma base de identidade. Ou melhor, a preservação de um ato fundador liga-se à “necessidade, para um grupo social, de conferi-se uma imagem de si mesmo” (RICOEUR *apud* BRANDÃO, 2002, p. 24). Já a segunda característica da ideologia, em sua função geral, é que ela é “dinâmica e motivadora”. Com isso, ela impulsiona uma práxis social, que a concretiza.

Dessa forma a ideologia é a justificação e o projeto de um grupo, uma vez que sua energia se concentra em demonstrar “que o grupo que a professa tem razão de ser o que é”, além de ditar e modelar um modo de vida. A terceira característica é que toda “ideologia é simplificadora e esquemática”, pois visa divulgar suas ideias de modo ágil, a fim de aparentar um todo coeso, racional. Por isso, “sua forma de expressão preferencial são as máximas, slogans, e formas lapidares...” (BRANDÃO, 2002, p. 25). O quarto ponto da função geral da ideologia é o fato dela ser “operatória e não-temática”, ou seja, antes de ser um tema, ela é a base do nosso pensamento: “ela opera atrás de nós, mais do que a possuímos como um tema diante de nossos olhos. É a partir dela que pensamos, mais do que podemos pensar sobre ela” (RICOEUR *apud* idem). Por fim, a função geral da ideologia, se caracteriza por sua inércia temporal, pois ela não tolera modificações, a novidade ameaça a ideologia, que tem como princípio a repetição e a perpetuação das mesmas “ideias e práticas”.

O segundo aspecto do conceito de ideologia de Paul Ricoeur é a *função de dominação*. Na função geral, a ideologia desenvolvia um papel integrador, na função de dominação a ideologia objetiva justificar uma hierarquia social, e legitimar sistemas políticos e de poder, para isso é preciso que exista uma crença no sistema por parte dos indivíduos nessa legitimidade, mas “como a legitimação da autoridade demanda mais crença do que os indivíduos podem dar, surge a ideologia como sistema justificador da dominação” (BRNDÃO, 2002, p. 26). Assim, não há um motivo inerente para que determinado sistema político permaneça no poder, por isso, a ideologia fornece e forja razões para embasá-lo.

Na terceira instância do conceito de ideologia de Ricoeur vemos uma aproximação com o discurso marxista, mas com a diferença de que a *função de deformação* representa apenas um dos estágios da ideologia, uma vez que, ela enquanto

função *geral* e de *dominação* representa um processo constitutivo de qualquer grupo, ou seja, toda comunidade social tem sua base em um ato fundador, que é perpetuado e desdobrado em um conjunto de ideias que são sedimentadas e secularizados a fim criar uma identidade coesa para uma sociedade. Mas no momento que essa sedimentação se estratifica, causando uma cegueira programada, acobertada pela função de dominação de modo intencional, e não mais constitutivo, temos a *deformação* ideológica:

Faz-se um recorte da realidade, embora, por um mecanismo de manipulação, o real não se mostre na medida em que, intencionalmente, se omitem, atenuam ou falseiam dados, como as contradições que subjazem às relações sociais. Selecionando, dessa maneira, os elementos da realidade e mudando as formas de articulação do espaço da realidade, a ideologia escamoteia o modo de ser do mundo (BRANDÃO, 2002, p. 27).

Com isso, a ideologia permeia relações sociais e opera nosso modo de ver o mundo, a princípio de modo constitutivo, mas à medida que a ideologia distorce e deforma intencionalmente a realidade, com intuito de justificar um sistema político, a ideologia assume seu aspecto nocivo.

Mas a operabilidade do conceito de ideologia é indissociável de uma concepção de língua, de linguagem, uma vez que esta está inextricavelmente ligada a uma forma. Ideias, pensamentos e concepções de mundo existem apenas na linguagem, ou como diz Fiorin:

As visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As ideias e, por conseguinte, os discursos são expressões da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos. (FIORIN, 2007, p. 33).

Ou seja, uma formação ideológica imprime uma formação discursiva, esta última, por sua vez, concretiza a primeira. A formação ideológica é, simplificando, a “visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo” (FIORIN, 2007, p. 32). Já uma formação discursiva, pressupondo que as ideias não se mantêm fora da linguagem, é o correspondente linguístico de uma formação ideológica, ou “um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo” (idem). Com isso, a linguagem e a ideologia são dependentes, fundam-se mutuamente, uma validando a outra. Isso leva a duas conclusões inevitáveis: a primeira é de que a ideologia não é algo natural, intrínseco, e por isso pode ser revogada e

questionada, a segunda, a linguagem não é transparente, isto é, não representa o mundo diretamente, pelo contrário, como está atravessada pela ideologia, ela pode mais *refratar* e do que *representar*.

De fato, Análise do Discurso ao mostrar a relação direta entre ideologia e língua, rompe com uma ideia de que a língua possa ter algum tipo de estrutura subjacente autônoma, ou prévia, e também com a concepção de que significante e significado estão imbricados de forma “unívoca e clara”. Basicamente a Análise Discurso discorda da Linguística tradicional, estrutural e gerativa, não no que tange ao conhecimento das propriedades e mecanismo da língua, pois até este momento a linguística e a AD se ocupam de interesses opostos, a ruptura acontece segundo Possenti (2005) quando a linguística procura se ocupar do campo do sentido, uma vez que, o estudo das propriedades materiais da língua não é suficiente para se explicar a produção do sentido, pois este está na Formação Discursiva: “a AD contesta que o sentido seja da ordem da língua, que funcione submetidos aos ‘seus’ critérios”, pois este “é da ordem das formações discursivas (FD), que, por sua vez, materializam formações ideológicas, que por sua vez, são da ordem da história” (POSSENTI, 2005, pp. 360-361). Com isso, a estrutura pode ser a mesma para a todos os falantes de uma língua, mas essa estrutura não tem autonomia semântica, um mesmo enunciado adquire significado diferente, dependendo da formação discursiva em que for proferido, ou seja, os interesses ideológicos orientam os sentidos. Isto porque estamos inevitavelmente filiados a uma Formação ideológica, que como já vimos, opera nosso modo de ver e significar o mundo, e a língua, segundo a AD, é a concretização verbal e figurativa de um discurso, de uma ideologia.

Deste modo, a língua não é um instrumento de comunicação, ou veículo de ideias ou pensamentos, na verdade, nossa subjetividade só existe enquanto linguagem, e como a linguagem é a etapa figurativa de uma formação ideológica, podemos dizer que nós somos produtos da língua, e não seus usuários, ou como os mais radicais diriam: nós somos falados pela língua, e não o inverso. Porém, fiquemos com a definição de Possenti:

A língua não é um instrumento: ou seja, a língua não é uma espécie de ferramenta que os falantes utilizam para certos fins (comunicacionais, por exemplo), sujeita, inclusive, a adaptações estilísticas individuais. Aceitar que seja um instrumento significaria tomar a língua como algo completamente exterior ao sujeito. Ora, o sujeito (...) é o que é, em grande medida, por ser efeito de linguagem (ouvir-se-á, aqui e ali, que é a língua que fala o sujeito). Tampouco a língua é expressão do pensamento, variante de uma concepção

instrumental (concepção que tem permitido, inclusive, discursos sobre qual língua é “melhor” para cada “finalidade” - o alemão e o grego para a filosofia, o inglês para a ciência etc.). Mas a língua não é expressão de pensamento também porque essa concepção leva a aceitar que pode haver pensamento (conceitos, ideias etc) sem linguagem, ou antes dela, cuja origem fosse a mente de um sujeito. Ora, a AD, tanto por suas posições sobre o sentido, quanto pelas que assume relativamente à ideologia (que são muito próximas, quando não coincidem), propõe que “ideias” sejam efeitos da linguagem e, sendo assim, evidentemente, ela não pode ser espelho do pensamento. A língua não “veste” um pensamento prévio, que seria fruto de uma mente “sadia”, mas, ao contrário, é condição do pensamento. (POSSENTI, 2001, pp. 361-362).

Assim, a língua não transmite um sentido prévio, anterior a ela. O sentido se faz no interior de uma formação ideológica: os enunciados derivam de um conjunto de ideias e conceitos, e estes, validam historicamente o significante. Com isso, a língua mantém uma pendência de sentido, pois, cada formação discursiva irá validar o significante de modo diferenciado, respondendo a interesses ideológicos, que estão atravessados, em parte inconscientemente na subjetividade do falante, o que não impede a manipulação estratégica, com interesses imediatos. Desta forma, dificilmente poderíamos pensar em uma universalidade semântica, pois, uma vez que a ambiguidade seria algo inevitável e uma constante da língua, a polissemia resultante desta, torna-se um campo de disputa, no qual o sentido é negociado entre diversas formações discursivas.

5 CONHECENDO A TRAJETÓRIA DE LULA

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945 na cidade de Vargem Grande, atual município de Caetés, na época distrito de Garanhuns, distante 252 km de Recife. É o sétimo dos oitos filhos de Eurídice Ferreiro de Mello, conhecida como dona Lindu, e Aristides Inácio da Silva. Lula, é hoje conhecido mundialmente pelo apelido que a mãe lhe deu quando criança que, futuramente, foi incorporado ao nome próprio do presidente.

Aristides, o pai, abandonou a família em Garanhuns um mês antes do nascimento de Lula, e se estabeleceu no distrito de Vicente de Carvalho, na cidade de Santos, no litoral de São Paulo. Após anos de separação, já pai de nova prole com a segunda mulher, na qual se separou em 1996, retornou a Garanhuns quando Lula tinha cinco anos.

Dona Lindu vendeu tudo do quase nada que tinha para acompanhar o marido, depois de uma longa viagem chegou ao bairro do Brás, em São Paulo, com um filho no ventre e mais sete filhos vivos.

Segundo Alves (2003), na década de 1940 e 1950, vieram do nordeste quatrocentos mil migrantes para São Paulo, dos quais 62.745 eram pernambucanos como Lula, sentados em bancos de madeiras de caminhões, em condições precárias – os chamados “paus-de-arara”. Assim como ele, vieram fugindo da seca, da fome e de uma cova rasa, fugindo de tudo, correndo atrás da sobrevivência, buscando um sonho e uma razão para viver.

Alves (2003) informa ainda que as migrações tinham uma dimensão maior, pois o campo estava sendo esvaziado de sua população que lotava as cidades, pequenas e grandes, os bairros pobres e favelas se multiplicavam. Na cidade, não havia dádivas da natureza e ao governo faltavam recursos e mobilização política para atender os migrantes.

Lula foi alfabetizado aos dez anos de idade e concluiu o curso de torneiro mecânico do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em 1963, aos 18 anos, pois, o Pai de Lula, Aristides, não queria que os filhos estudassem, entretanto, nem as proibições nem a pobreza da família o impediram de estudar. Contudo, o sucesso do presidente Lula não tem ligação com a escolaridade nem com o engajamento típico de um autodidata.

Lula submeteu-se a um longo aprendizado continuado, surgindo então algumas perguntas: até que ponto a escolaridade avançada se confunde com o conhecimento? Conhecimento se obtém também fora da escola? Essas temáticas são assuntos para um longo simpósio que não cabe aqui discutir.

É importante notar, porém, que na contramão do que o mundo moderno prega que somente um presidente letrado é capaz de alcançar o sucesso. Lula tem demonstrado que a competência analítica, frases de efeitos, discursos eloquentes, retóricas bem elaboradas, metáforas e milhares de outras estratégias argumentativas que o ajudaram na compreensão mais geral ou especializada da realidade, não teve relação intrínseca com os estudos formais, mas com os conhecimentos adquiridos ao longo da vida.

A experiência profissional de Lula vai desde o trato na terra, no interior de Pernambuco, ao de vendedor de amendoim, tapioca, cocada, laranja. Seu primeiro emprego de carteira assinada ocorreu aos quinze anos, na fábrica de Parafusos Marte, de propriedade do senhor Miquel Serrano Idalgo (84 anos em 2002).

Trabalhou também na Fris Moldu Car e na Metalúrgica Aliança, localizada na Vila Carioca, onde seu dedo mínimo foi decepado em acidente de trabalho em 1963, esmagado sobre uma prensa transversal que um colega sonolento operou mal. Em 1966 ficou desempregado durante seis meses. Em seguida, foi admitido como torneiro mecânico da Metalúrgica Villares.

Ele se apaixonou pelo sindicalismo quando ainda trabalhava na Metalúrgica Villares, por influência de seu irmão Jaime, que promoveu o encontro de Lula com um membro do partido.

Em 1969 concorreu ao primeiro cargo de direção do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, ficando como suplente até 1971.

Em 1972, elegeu-se o 1º Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos.

Em 1975, foi eleito para Presidência do Sindicato.

Em 1978, foi reeleito com 98% dos votos dos sindicalistas.

No período de 1975-1978, iniciou-se uma nova fase do sindicalismo brasileiro, com mudanças importantes de rumo. Lula deu sua contribuição: primeiro, rompeu com o polequismo sindical. Depois, afastou o movimento sindical em sua região da vinculação e liderança do PCB. Lula era um operário despolitizado e ideologicamente conservador.

O golpe militar de 1964 fez o movimento sindical refluir. Em 14 de março de 1979, cerca de oitenta mil metalúrgicos, reunidos no Estádio de Vila Euclides, decidem paralisar as fábricas. Em 10 de fevereiro de 1980, Lula fundou o PT, juntamente com outros sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, como liderança rural e religiosa. Em 1981, nova greve dos metalúrgicos provocou a intervenção do Governo Federal no sindicato, Lula foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, no qual foi julgado e condenado pela Justiça Militar a três anos e seis meses de prisão, porém passou apenas 31 dias.

O PT lançou Lula para disputar a Presidência da República em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Perdeu a disputa, no segundo turno, por pequena diferença de votos, mas dois anos depois liderou uma mobilização nacional contra a corrupção que acabou no “impeachment” do presidente Fernando Collor de Mello. Em 1994 e 1998 voltou a se candidatar a presidência da República e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso.

Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República Federativa do Brasil. Em 29 de outubro de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva, novamente na companhia de José Alencar, foi reeleito presidente da República com mais de 58 milhões de votos, a maior votação da história.

6 A IDEOLOGIA PATERNALISTA NO DISCURSO DE LULA

Antes da análise do *ethos* no discurso de Luis Inácio Lula da Silva, será necessária uma análise da sua visão de mundo, entrevista nos discursos e pronunciamentos (na sua formação discursiva), para ver como esta se filia a uma ideologia paternalista e patrimonial. A intenção é mostrar como a construção do *ethos* deriva de uma formação ideológica que interpela constantemente o indivíduo a uma posição de sujeito. Neste caso, as intenções populistas de Lula levaram-no a reproduzir certos traços e ideias que estão ligados a uma postura que se assemelha ao conceito de “cordialidade” desenvolvido por Sergio Buarque de Holanda (1995).

6. 1. *A cordialidade de Lula*

O “homem cordial” para Sergio Buarque de Holanda (1995) é aquele que não separa Estado e Família, que trata as questões burocráticas e administrativas como decorrência de seu núcleo familiar e afetivo. Isso é consequência de uma ideia equivocada de que o Estado é uma versão gradual da família, uma concepção romântica e que deveria ser superada pela noção de Estado burocrático, laico e impessoal, tal como diz Holanda:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. (HOLANDA, 1995, p. 141).

No Brasil essa separação entre o privado e o familiar não se concretiza, e a figura do burocrata tradicional, que realiza o trabalho de forma isenta, em nome de princípios gerais e coletivos, nunca existiu de fato, no lugar dele, tivemos o funcionário patrimonial, para quem “a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu

interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos” (HOLANDA, 1995, p. 146). Com isso, o funcionalismo público brasileiro culturalmente nunca distinguiu o privado e o público, e os danos que perduram dessa atitude é lidar com problemas de interesse geral em nome de interesses pessoais, a apropriação do dinheiro público como um bem de poucos, o nepotismo generalizado, enfim, a corrupção.

Dessa forma, a famosa “cordialidade” brasileira tem um efeito negativo, no sentido em que discorre Sergio Buarque de Holanda (1995), pois enquanto a polidez é usada em grande parte das culturas como uma forma de preservar a intimidade, no Brasil sempre se tentou burlar qualquer gesto cerimonioso, a fim de alcançar o privado e pessoal desde o primeiro contato, a intimidade é buscada a todo o momento, e o que pode parecer uma qualidade de nossa cultura, e é em certa medida, quando transposta para situações administrativas e burocráticas torna-se prejudicial, pois aquilo que deveria ser um direito passa a ser visto como um favor. E o que deveria ser uma obrigação passa a ser praticado como se fosse um gesto de generosidade pessoal. No discurso de Lula essa inserção da intimidade, da emotividade em cerimônias públicas é uma marca registrada. Assim, também como a tentativa de inverter a obrigação executiva em um gesto de competência e generosidade pessoal. Vejamos um excerto de um discurso pronunciado para um grupo de estudante, em Recife:

Meus companheiros e minhas companheiras,
Ao contrário do João Paulo, eu não vou fazer um discurso por escrito. Quando a gente fala de improviso, a gente pode cometer o erro de falar uma palavra indevida no momento certo. Como diriam vocês, quando fazem a rodinha para conversar alguma coisa, poderia se falar alguma bobagem. Mas, em se tratando de bobagem, é melhor a gente falar do que fazer bobagem. Então, eu quero ter uma conversa de pai para filho, de companheiro para companheira, de um Presidente da República com boa parte da representação da nossa juventude. (SILVA, 2005).²

No trecho acima vemos que Lula transforma um discurso oficial, em conselho pessoal de pai para filho, ele recusa o discurso preparado, para se utilizar de uma fala improvisada. Ao fazer isso ele muda completamente o tom do evento, que passa a ter um aspecto intimista e paternal. Lula encena sua fala, para usar a partir de

² Discurso do presidente Lula, na aula inaugural do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de jovens. Recife-PE, 20 de julho de 2005.

agora, uma nomenclatura conceitual de Maingueneau (2001), e muda o “quadro cênico” ao seu favor, ao instaurar uma “cenografia” que melhor o favoreça. O *quadro cênico* é composto pela *cena englobante* e pela *cena genérica*. A primeira corresponde ao tipo de discurso:

Quando recebemos um folheto na rua, devemos ser capazes de determinar a que tipo de discurso ele pertence: religioso, político, publicitário etc., ou seja, qual é a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para interpretá-lo, em nome de quê o referido folheto interpela o leitor, em função de qual finalidade ele foi organizado. (MAINGUENEAU, 2001, p 86).

Mas um tipo de discurso pode assumir diversos aspectos, ou melhor, pode se apresentar sob a forma de gêneros do discurso vários, assim, a cena genérica corresponde ao *gênero* em que o discurso assume no momento da enunciação. Estas duas cenas criam o quadro cênico, que estabelece “o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço instável do tipo e do gênero de discurso” (idem, p. 87). Porém, o quadro cênico se completa apenas com a cenografia, ou seja, a cenografia é estabelecer o formato final do discurso, pois esta desloca o quadro cênico para um segundo plano, e que legitima a cena de enunciação, mas como destaca Maingueneau, essa legitimação é realizada por *enlaçamento paradoxal*:

A cenografia implica, desse modo, um processo de enlaçamento paradoxal. Logo de início, a fala supõe uma certa situação de enunciação que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Desse modo, a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, deve legitimá-la. (MAINGUENEAU, 2001, p. 87).

A cenografia destoa do gênero, da regularidade do gênero a fim de realçar o sentido. Mas existem certos gêneros em que a estabilidade do quadro cênico é menos flexível, isso decorre da intencionalidade de cada gênero, por exemplo, aqueles que têm um caráter meramente utilitário tendem a estabilizar sua forma, não variando a cena genérica, já outros precisam valorizar sua “fala” com o uso frequente da criatividade, como o gênero publicitário e o discurso político: “o discurso político é igualmente propício à diversidade das cenografias: um determinado candidato poderá falar a seus eleitores como um jovem executivo, como tecnocrata” ou “como operário, como homem de grande experiência etc.,” (MAINGUENEAU, 2001, p. 89). Com isso, o

discurso político tem uma grande mobilidade para encenar situações que valorize a mensagem ou reforce o efeito persuasivo.

No caso do excerto do discurso de Lula temos como *cena englobante* o tipo de discurso político, e como *cena genérica* um pronunciamento para inauguração do ProJovem³. Já na cenografia é que vemos o efeito persuasivo, pois Lula, no interior de um gênero que exige certo grau de formalidade, insere uma fala modalizadora que nega o próprio gênero e instaura uma cenografia: “Ao contrário do João Paulo, eu não vou fazer um discurso por escrito” ou seja, Lula rejeita o discurso oficial, escrito, e opta pelo improvisado, com isso, ele já quebra o protocolo, e estabelece uma atmosfera mais íntima, e discurso presidencial assume o formato de “conselho” de um pai para os filhos, de homem experiente e sofrido para jovens inexperientes: “Então, eu quero ter uma conversa de pai para filho, de companheiro para companheira, de um Presidente da República” como vemos Lula realiza a gradação que Sergio Buarque condena, isto é, estabelece uma continuidade entre a família e a cena oficial, o estado.

Diante disso, ele cria um tom de conselho, e mais uma vez, conta a história de sua vida, para se apresenta como exemplo:

Eu estou contando tudo isso para vocês porque o meu desafio aqui é despertar esperança em vocês e motivação para vocês. Eu sei as condições em que mora muita gente no Brasil. Nós morávamos num quarto e cozinha, na Vila Carioca, e a gente morava em 13 pessoas num quarto e cozinha. Eram aquelas caminhas de mola, de dia se fechava, de noite abria. Eu dormia junto com a minha mãe e com duas irmãs e outro meu irmão, e minha mãe com outros meus irmãos do lado, primos pobres ainda dormiam lá. Não tinha banheiro, o banheiro era o que atendia o bar e era lá que as minhas irmãs tinham que tomar banho e eu. Depois de um bar de sábado à noite, imaginem o ambiente no banheiro, e a gente utilizava aquilo lá. (SILVA, 2005).⁴

Neste trecho Lula cria uma cenografia em que se afasta do quadro cênico, pois o tom é altamente pessoal, detalhes dramáticos da sua vida são citados e descritos, em seguida, ele se oferece como exemplo, aconselha, incentiva. A fala improvisada lhe permite carregar na emotividade e a personalizar o que deveria ser um gênero regulado por um ritual, que deveria seguir um cerimonial. Mas em vez disso Lula cria uma cenografia que tende para o confessional, que prioriza o discurso autobiográfico e conselheiro. Disso, temos dois efeitos: primeiro, desloca o quadro cênico para um

³ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Destina-se a promover a inclusão de jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho.

⁴ Idem 2.

segundo plano, pois transforma um gênero regulado por determinadas marcas de impessoalidade e um tom oficioso, em uma cena enunciativa pessoal e intimista, angariando uma empatia dos jovens estudantes diante de um “um homem experiente que venceu” na vida. O segundo efeito é a inversão ideológica, pois a instaurar uma dicção intimista e não distinguir Estado e sua vida particular, Lula transforma algo que deveria ser uma obrigação do Estado: fornecer educação para todos, previsto pela constituição e descontado nos impostos, em uma oportunidade oferecida generosamente, de um pai aos filhos:

Esse programa *é a oportunidade, é o estender de mão*, esse programa é uma voz dizendo para vocês: “não se entreguem, vamos à luta e levantem a cabeça.” Se tiverem problema dentro de casa, vamos tentar reunir a família e discutir. *A família é a base da consagração da vida de cada um de nós. O pai e a mãe têm que servir de exemplo para os seus filhos*, no comportamento e na educação. (SILVA, 2005).⁵

A expressão “estender de mão” acompanhado de uma “cena validada”, isto é, um conhecimento automatizado conhecido de todos, no caso a referência a um lugar comum: “*A família é a base da consagração da vida de cada um de nós. O pai e a mãe têm que servir de exemplo para os seus filhos*” que mais uma vez refere a família como base, algo recorrente em todo o discurso, demonstra a intenção de tornar um compromisso de estado em um “favor”, um presente oferecido pelo Estado-pai. Por isso, a insistência em mesclar a cenas da vida privada com a agenda presidencial, realizando aquela relação de contingência entre Estado e família, que para Sergio Buarque de Holanda é base da ideologia paternalista e patrimonial. Assim, Lula encena em uma cerimônia de estado, uma apresentação de sua vida pessoal, uma verdadeira síntese autobiográfica, ao fazer isso ele dissolve a fronteira entre Estado e espaço privado, colocando-se como uma figura paternal, da qual se origina uma ação executiva envolta na vontade pessoal, o efeito final é que a população passa a encarar direitos inalienáveis como um gesto esporádico, resultante da iniciativa pessoal de uma liderança.

Desta forma, vemos que na fala de Lula está presente resquícios de uma ideologia paternal, que se encontra enraizada na identidade nacional: a ideologia da cordialidade, do favor sobreposto à obrigação isenta, enfim, a mentalidade do

⁵ Idem 2

funcionário patrimonial que se apropria dos bens de estado como se fosse algo pessoal, e realiza suas obrigações burocráticas não em nome de uma maioria, mas sim para satisfazer alguém do seu círculo de amizade ou parentesco. Lula em alguns momentos se coloca como um político que combaterá essa mentalidade corrupta e nepotista, mas se trai ao fazer um discurso populista, baseado na figura do líder popular e paternal. Mas isso não se mostra uma contradição em si, e sim que esse discurso ideológico já foi absorvido inconscientemente, e pode ser encontrado até mesmo na fala de políticos que se propõe combatê-lo.

6.2 *O ethos do político popular*

De acordo os estudos aqui abordados e sob as perspectivas teóricas de Patrick Charaudeau (2006), compreendemos que os meios discursivos, com a ajuda dos quais é encenado o *ethos*, resultam de uma intenção e de um calculo voluntários da parte do sujeito que fala. Sendo assim, o sujeito os emprega de maneira mais ou menos consciente e são mais ou menos percebidos e reconstruídos pelo interlocutor ou pelo público.

O Lula que emerge dessa análise é um comunicador sem igual; um homem que vê o mundo a partir de suas experiências concretas de vida. Portanto esse trabalho trata de um personagem de ponta da história do Brasil, por ter participado de todas as eleições presidenciais depois da redemocratização do País, sendo, inclusive, o primeiro operário a se tornar presidente da República, por isso, sua imagem merece ser medida e avaliada. Apesar das inúmeras críticas que recai sobre ele, ninguém duvida de sua imensa capacidade de comunicação, aliás, pode-se discordar do que ele diz sobre alguns temas, ter idéias, avaliações, conceitos e certezas contrárias as dele. No entanto, não há como negar que ele se comunica com extrema competência, sabendo exatamente o que diz e como diz.

A partir da análise do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pretendemos mostrar quais são os meios discursivos de que dispõe o sujeito político para tentar persuadir e seduzir seus interlocutores, colocando em evidência as estratégias metodológicas empregadas dentro do discurso que contribuem para fabricação da imagem por ele veiculada, fazendo de sua sintaxe popular e sua falta de sofisticação gramatical numa poderosa arma de comunicação.

6.3. O *ethos* da experiência prática: a construção do discurso popular

Segundo afirma Charaudeau (2006) toda construção de *ethos* se faz em uma relação triangular entre si, o *outro* e um *terceiro ausente*, portador de uma imagem ideal de referência: o si procura endossar essa imagem ideal. Como veremos no trecho do discurso de posse de Lula, no Congresso Nacional, em 01 de janeiro de 2003.

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o partido dos trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei, com toda clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. (SILVA, 2003).⁶

É retratada no enunciado a figura do *ethos* que, em primeiro momento, é voltada para si mesmo. Tem-se nesta afirmação a representação de um político ideal, que vem de raízes humildes, que venceu com muito trabalho e dedicação, chegando ao mais alto posto da República. Neste cenário está o percurso de vida de um político, que conta um pouco da sua história e personalidade. Ao ressaltar suas características através das declarações de origens, estudos, funções exercidas e experiências adquiridas o orador evoca para si a construção do *ethos* de competência:

O *ethos* de competência exige de seu possuidor, ao mesmo tempo, saber e habilidade: deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos. (CHARAUDEAU, 2006, p. 125)

Como sabemos, Lula foi mais de uma vez acusado de não ser devidamente preparado para o cargo de presidente da república por não ter uma formação superior. No excerto de seu discurso vemos então uma preocupação em mostrar que, sua competência vem de outro nível de formação: a escola da vida. Com isso, a necessidade de destacar o seu percurso, sua trajetória, pois como diz Charaudeau: “acontece, às vezes, de ser o próprio político que evidencia em suas declarações as características de seu percurso para evocar esse *ethos* de ‘competência’” (CHARAUDEAU, 2006, p. 125).

⁶ Fonte: disponíveis em http://www.info.planalto.gov.br/static/inf_briefdiscurso.htm. acessado em 20 de março de 2010.

Portanto, constata-se no campo político, um sujeito que joga com um misto de imagens de si. Ora remetendo a vida privada, ao definir-se como pessoa, ora remetendo a vida política, ao definir-se como personagem. Como se pode ver nos enunciados: “quando olho minha própria vida de retirante” (*ethos* de experiência de vida), “que se tornou torneiro mecânico” (estudo e profissão), “e líder sindical” (experiências de chefia), que “fundou o partido dos trabalhadores” (experiência em matéria de governança), “que acreditou no que estava fazendo” (compromisso), “que agora assume o posto de supremo mandatário da nação” (digno de crédito).

Em seguida a figura do *ethos* se volta para a estância cidadã: “Nós podemos muito mais”, e convoca o interlocutor a aderir um comportamento ideal de referência. Fazendo com que o outro se deixe levar pelo processo de identificação, fundindo sua identidade na do político.

A enunciação elocutiva presente no enunciado e expressa com a ajuda do “nós”, permite àquele que fala colocar-se em cena. Essa modalidade elocutiva contribui também na fabricação do *ethos* de solidariedade, aproximando sua imagem a de um político que não somente está atento às necessidades do outro, mas também compartilha as mesmas idéias e ponto de vistas.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto. (SILVA, 2007).⁷

O trecho acima refere-se ao discurso de posse do presidente em 1 de janeiro de 2007, na cerimônia de compromisso constitucional perante o congresso nacional. Nota-se ser um discurso típico do presidente. Lula parece reconhecer a importância da sua origem como recurso persuasivo. Meu questionamento será que se não fosse ele o operário de infância humilde essa história atrairia no outro o mesmo interesse? O fato é que Lula põe em evidência sua trajetória de sucesso, que é rara em decorrência de sua origem. Afinal, foi ele o primeiro operário a se tornar presidente da República.

Dessa forma ele constrói para si uma identidade peculiar, marcada pela integridade e o ineditismo. Isso pode ser percebido pela repetição do enunciado “pela primeira vez...”. Aliás, Lula sempre utiliza o recurso da repetição em seu discurso.

⁷ Congresso Nacional, Brasília – DF, 1 de janeiro de 2007.

Tem-se também no enunciado o tipo de argumento baseado no *peso das circunstâncias e de sua contrapartida*, que pode ser percebida por meio da descrição dos fatos: nasceu pobre, venceu o risco crônico da morte na infância e a desesperança da idade adulta, foi retirante nordestino e chegou pela disputa democrática a rampa do planalto. Tais argumentos são vistos por muitos como apenas marketings político, pois tem o poder de construir ou reconstruir a imagem que se tem do político, sendo ao mesmo tempo, recurso da retórica.

Com relação ao tema, trata-se principalmente da questão da fome, da pobreza, da desesperança da vida. Isso retrata o que os brasileiros precisavam naquele momento, que era ver suas esperanças renovadas e não de explicações racionais sobre a dívida pública, o déficit do balanço de pagamento ou juros alto.

Ao tentar persuadir seu público, Lula se volta principalmente para aquele grupo que mal sabe ler, escrever ou interpretar um texto, pois ele abre mão de exposições técnicas sobre determinado tema e focaliza seu discurso em sua trajetória de vida como recurso estratégico para se fazer entender e assim persuadir. Conscientemente, ele utiliza uma linguagem simples, de fácil entendimento, visto que seu objetivo é aproximação com o povo, como mostra o discurso de 26 de junho 2003.

Como, às vezes, nem todo mundo entende palavras difíceis, eu prefiro utilizar coisas do dia-a-dia, que nós dizemos. E é por isso que sempre trato a arte de governar como a arte de criar uma família. Parece fácil criar uma família, mas o mundo está cheio de irresponsáveis, homens ou mulheres que não conseguem criar uma família. Está cheio de gente que não consegue cuidar da educação correta dos filhos, que não consegue fazer o mínimo necessário que todos nós deveríamos fazer e muitas vezes não fazemos.

Então, o desafio de governar é exatamente esse, é a gente poder fazer as coisas simples com a precisão que a sociedade precisa, fazer com que o Estado esteja a serviço da comunidade e não a serviço de uma minoria, como historicamente sempre esteve no nosso país. Tudo isso não é fácil de ser construído, é muito mais fácil falar, e aqui eu estou vendo muita gente boa de discurso. (SILVA, 2003).⁸

Ao analisar o seu discurso percebemos que lula demonstra ter plena consciência de que ao falar de suas experiências pessoais passa mais sinceridade e, de alguma forma, faz aumentar sua autoridade sobre o objeto de seu discurso. Com isso, ele estabelece um contraponto entre *abstração de idéia* e a *competência de concretizar algo*. Ele expressa que as idéias por si mesmas são improdutivas. E convoca para si a

⁸ Discurso do presidente Lula, na abertura do 4º Congresso dos Metalúrgicos do ABC – São Bernardo do Campo – SP.

competência de concretizá-las. Na tentativa de comprovar isso, enumera exemplos que mostram que sem a ação, o ideal permanece inacessível. O cuidado em citar cenas do dia a dia é estratégico, pois o enunciador prefigura sua platéia como pertencente a uma classe específica: a operária. Que por costume é uma classe comprometida com o trabalho prático, com a ação.

Desta forma, Lula vale-se da sua experiência de ex-operário, para se desvincular da imagem tradicional do político: que só discursa, promete. E se mostra como sujeito que dispõe de senso prático, próximo a atitude do trabalhador braçal que produz a partir de um esforço real. O que Lula faz em seu discurso é usar um repertório de “cenas validadas”: instaladas na memória coletiva, para atribuir autoridade ao seu discurso, uma vez que as cenas validadas conservam uma verdade respaldada na experiência coletiva, na tradição, ou como diz Maingueneau “a cena validada fixa-se facilmente em representações estereotipadas popularizadas pela iconografia” (MAINGUENEAU, 2008, p. 81). Assim, cada público possui “sua memória própria”, um conhecimento prévio de mundo, um estoque de “cenas validadas que podem ser consideradas partilhadas” (idem). Por isso, não gratuitamente o discurso de Lula é estruturado metaforicamente na imagem da família. Pois criar a família é o ato mais básico e imediato para todos, e para o público de operários uma prioridade inquestionável. Além de se tratar de algo em que a irresponsabilidade, ou desleixo, pode incorrer em danos irreversíveis. Com isso, o presidente empresta as atitudes positivas de se criar uma família: responsabilidade, compromisso, competência, etc, para embasar seu discurso, transferindo os valores da “cena validada” para sua fala.

No texto (3) vemos ainda a construção daquilo que Maingueneau chama de *cenografia do homem do povo*:

Para muitos discursos populistas, por exemplo, a cenografia do homem do povo de fala verdadeira (o que, para Aristóteles, derivaria da areté) vem legitimar um enunciado que, por sua vez, por seu conteúdo, mostra que só a fala verdadeira do homem vindo do povo pode deter a “decadência”, a “corrupção dos políticos”, uma “tecnocracia distanciada da realidade”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 81)

A fala de Lula se coloca acima de uma tradição de corrupção e injustiça, tal como descreve Maingueneau acima, o presidente se posiciona como político atípico, disposto a mudar uma situação cultural: “o Estado esteja a serviço da comunidade e não a serviço de uma minoria, como historicamente sempre esteve no nosso país”. Ou seja,

Lula se diz ao lado da maioria, como um “homem vindo do povo” ele não ficará apenas no discurso, partirá para a ação. Aliás, a preocupação em se diferenciar, está presente no início da sua fala, ao dizer que prefere evitar as “palavras difíceis” em detrimento das “coisas do dia-a-dia” ele demonstra querer se distanciar de um mundo “tecnocrata”, dos discursos oficiais, para se aproximar da realidade simples do povo, da qual um dia ele participou. E a comparação entre Estado e família reforça mais ainda esta postura populista, “de pai dos pobres, de filho do Brasil”.

6. 4. *O ethos de credibilidade*

Lula também se esforça em seus discursos para passar uma imagem de confiança. Lula perdeu várias eleições porque sua imagem, durante o período pós-ditadura, esteve associada à anarquia, ao comunismo, que no imaginário popular era sinônimo de desordem, de caos. Por isso Lula investiu em uma imagem que o tornasse crível. Valendo-se de recursos que remetem ao *ethos* de credibilidade. Sabemos que o *ethos* de credibilidade é uma qualidade ligada à construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito. Entretanto, essa credibilidade é particularmente muito complexa, pois requer do indivíduo que fala certas habilidades para satisfazer três condições: a condição de sinceridade, performance e eficácia. Para responder essas condições o político procura construir para si o *ethos* de *sério*, *virtuoso* e de *competente*.

O *ethos* de sério passa por uma linha tênue que separa a imagem do político de maneira negativa ou positiva, ele pode ser representado pelos índices corporais e mímicos: como certa rigidez na postura do corpo, uma postura raramente sorridente na face, acessos de cóleras ou quaisquer outros fatores que podem facilmente ser confundidos com as de austeridades, cujos sinais serão divulgados pelas mídias de maneira negativa. Ou essa imagem pode ser igualmente construída com declarações a respeito de si mesmo, de sua experiência de vida, bem como de seus projetos políticos. Na fase antes da campanha eleitoral de 2002, Lula era conhecido como líder sindical de cara amarrada, raivoso, mal penteado e mal vestido, que andava em companhia de pessoas que sonhavam e lutavam contra a democracia republicana. Já na campanha eleitoral de 2002, Lula corta os cabelos, apara a barba, adquire bons ternos, camisas, gravatas e sapatos. Além disso, o conteúdo deixa de ter idéias de índole comunistas,

para se embasar em ideologias mais liberais. Isto atenua sua imagem, tornando-a mais sociável. Assim, a postura revolucionária e até iconoclasta é substituída por um discurso comedido, o próprio presidente reflete sobre isso, mostrando saber o que se espera de um presidente:

(...) O papel do Presidente da República é não perder a paciência nunca. Qualquer cidadão pode ficar nervoso, pode xingar. Toda vez que eu fico meio nervoso a Marisa é a primeira a me chamar a atenção: “você não pode, você é o Presidente da República, você tem que contar até dez antes de falar.” Então, eu nunca, eu nunca... muitas vezes, por mais que eu esteja irritado ou nervoso, eu não posso dizer tudo o que eu penso em função do cargo em que eu estou e porque também sei que o povo não gosta de um Presidente que fica gritando, que fica berrando. O povo quer um presidente que converse com ele com a tranquilidade com que uma mãe conversa com o seu filho, com que um pai conversa com o seu filho, com respeito. (SILVA, 2005)⁹

O discurso descreve o que um presidente deve fazer para conquistar a confiança do público: *O papel do presidente é não perder a paciência nunca*. Com essa afirmação ele declara ter consciência de que, para conquistar o público, o político não pode ficar nervoso, não pode falar irritado, não pode xingar. Ou seja, atende perfeitamente as exigências que caracteriza o *ethos* de seriedade: “índices comportamentais que revelam capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue-frio diante da adversidade, não se entregar a acessos de cólera” (CHARAUDEAU, 2006, p. 220). No entanto, manter essa imagem, conforme ele admite, nem sempre é fácil, pois o homem público se confunde com a do homem privado.

Além disso, o discurso paternal, de proteção e cautela é inserido estrategicamente, e a referência ao ambiente familiar no discurso oficial cria a ilusão de estreitar a distância que o cargo poderia supor. Lula tem noção de que para obter confiança, precisa mostrar autocontrole, não pode se descontrolar, ou seja, ele mesmo demonstra saber que papel interpretar para ser visto como sério. Pois a tranquilidade, a solidez, a firmeza, formatam a imagem de alguém crível.

Mas Lula pondera essa imagem aparentemente austera, confessando detalhes da vida privada que provam seu descontrole: “Toda vez que eu fico meio nervoso a Marisa é a primeira a me chamar a atenção: ‘você não pode, você é o Presidente da República, você tem que contar até dez antes de falar.’” Com isso ele insere um detalhe

⁹ Discurso do presidente Lula, na inauguração da eletrificação do Assentamento Amaralina e comemoração ao atendimento de 1 bilhão e 300 mil pessoas pelo programa Luz para Todos. Vitória da Conquista – BA, 17 de agosto de 2005.

que o humaniza, que modaliza a imagem protocolar, ou seja, a referência ao descontrole em vez de torná-lo menos sério, neste contexto, por humanizá-lo, o aproxima do cotidiano, mostrando que conhece as dificuldades de governar, e que inclusive pode errar como qualquer outro, mas seu compromisso com o bem comum se sobrepõe aos seus defeitos e limitações. Aliás, Lula baseia sua identidade sempre neste jogo dialético: vida pessoal humilde, que fornece experiências concretas para administrações de interesses coletivos.

6. 5. O discurso da ascensão do líder nato

Presidente Lula, como já vimos, prioriza em seus discursos sua trajetória humilde, com o intuito de exaltar uma experiência prática da vida, que serviria como uma compensação à falta de uma formação universitária. Mas em seu discurso, essas constantes referências autobiográficas passam a adquirir um efeito apelativo, ou mesmo um recurso argumentativo que funciona com bastante eficácia:

Somente quem passou fome sabe o que é fome. Uma coisa é a fome de literatura. Outra coisa é a fome de você saber, por ouvir dizer, que alguém está com fome. Outra coisa é a fome de quem passa fome. Outra coisa é a dona de casa ver o sol se pondo, um fogão de lenha com uma boca só, um pedacinho de madeira queimando, um pouquinho de água fervendo e não ter 300 gramas de feijão para colocar naquela água, não ter o arroz, não ter o leite e muito menos o pão. E não é apenas um dia. São vários dias, durante vários meses e, às vezes, durante vários anos. (SILVA, 2003)¹⁰

Como podemos ver no excerto acima, a alusão ao passado pobre cria várias vias apelativas, além disso, remete a uma ideologia da ascensão: o sujeito que veio de baixo, que cresceu a custa do próprio esforço. Isto o favorece, pois estabelece uma empatia imediata com as classes baixas, há a mensagem subjacente de que "eu já estive onde vocês estiveram, logo eu os compreendo". A repartição do discurso em duas partes, marcadas pelas expressões "uma coisa é" e "outra coisa é" colocam em concorrência duas realidades: uma realidade virtual da fome e outra concreta, sendo que a última é ilustrada com descrições detalhadas, com a menção de detalhes que chegam ao lirismo "Outra coisa é a dona de casa ver o sol se pondo, um fogão de lenha com uma

¹⁰ Discurso do Presidente Lula, na reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea. Em 25 de fevereiro de 2003.

boca só, um pedacinho de madeira queimando, um pouquinho de água fervendo e não ter 300 gramas de feijão para colocar naquela água”. Ora, os diminutivos e a referência a uma cena de fim de tarde, evidencia uma tentativa de comover, de angariar um engajamento sentimental do ouvinte.

Além disso, o estilo de Lula discursar revela a maneira particular como ele vê o mundo e as coisas, com um jeito simples e convincente, ele fala do combate à fome sem recorrer à pesquisa do IBGE¹¹. Mas com argumentos extraídos de sua própria experiência de vida. Com isso, supõe uma verdade de tal modo que sua credibilidade é como que pressuposta. Ora, a atitude de recusar argumentos estatísticos, racionais (*logos*), em detrimento de imagens fortes de privação, é uma estratégia argumentativa que investe na solidariedade, nos bons sentimentos que se pressupõe inerente ao bom cidadão (*pathos*). Assim, tem-se um discurso baseado na manipulação através da emoção, pois transmite suas idéias políticas de forma sutil, sem demonstrar raiva ou ressentimento. Lula ao evocar seu passado demonstra que os valores que defende enquanto político acompanha sua trajetória de vida, compõem sua biografia, alcançando coerência entre idéia e vivência que caracteriza o *ethos* de virtude, uma vez que se supõe que ele, como pretende resolver o problema da fome, faz questão de provar que para ele isso não é apenas um tema abstrato, “literário”, mas que por diversas vezes o afetou diretamente. Com isso, coloca-se como o homem que venceu as adversidades da vida, mesmo quando a vida lhe impôs obstáculo, criando para si uma imagem virtuosa de honestidade e de coragem, que remete à credibilidade e a sinceridade, tanto na vida pública, quanto na vida privada.

O mais interessante é que essa opção de priorizar sua trajetória pessoal ocorre até mesmo em eventos internacionais, nos quais interesses amplos estão em pauta, e a figura do “eu” deveria ser secundária. Vejamos outro excerto:

Eu aprendi, na minha vida, que o líder não é o mais arrogante, não é o mais prepotente, não é o que leu mais livros. O líder é o que sabe ser líder, é o que tem paciência, é aquele que sabe ouvir, é aquele que não disputa espaço com as pessoas, conquista. E eu entendi que um dos problemas da América do Sul era a rivalidade que foi criada historicamente entre os países. O Brasil e a Argentina disputavam a liderança quando não havia porque disputar liderança; os dois só foram se tornar humildes quando chegaram ao fundo do poço.

Acho que, em seis meses, conseguimos avançar mais do que em outro período. Vejam uma coisa interessante: eu sou o primeiro Presidente da República do Brasil e do mundo a ser convidado para uma reunião da Comunidade Andina. Eles nunca convidaram nenhum Presidente do Brasil e,

¹¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

no dia 27, sou convidado para abrir o encontro com a Comunidade Andina. Sabem o que significa isso? Confiança.

Um país que quer continuar respeitado e crescer de forma sustentável tem que oferecer outras coisas para os investidores estrangeiros. Ele tem que oferecer, primeiro, infraestrutura; tem que oferecer estrada, ferrovia, portos e aeroportos; tem que oferecer mão-de-obra qualificada e mercado para os produtos, porque não é por causa de um terreno ou de uma isenção de impostos que uma empresa se instala numa cidade ou num país. É isso que precisa nortear a cabeça de quem começa a pensar em desenvolvimento. É por isso que, na proposta de política tributária, estamos tentando unificar o ICMS, para acabar com a guerra fiscal e para que o Estado volte a ter poder de planejar o desenvolvimento, e ele, Estado, deixe de viver em função das necessidades do país. Qual é a região em que nós queremos fazer desenvolvimento?¹² (SILVA, 2003)

Lula abre seu discurso fazendo alusão a um conhecimento adquirido ao longo de uma trajetória de vida, por meio da observação e do amadurecimento. Em seguida define o que entende como um político competente, defendendo mais uma vez, a soberania da experiência prática em detrimento da experiência teórica. Lula evoca sua trajetória, e depois uma distinção especial: ser o primeiro presidente brasileiro a ser convidado a abrir o encontro da Comunidade Andina. A pergunta retórica, que ele mesmo responde, comprova que a menção à distinção e a sua trajetória tem como objetivo comprovar sua competência, e seu preparo. Assim, ele constrói uma base de singularidade que lhe dará mais autoridade ao fazer observações sobre a política internacional na América do Sul. O presidente também tenta demonstrar conhecimento sobre o assunto, apontando fatores históricos que emperram as relações políticas na América do Sul: a rivalidade Brasil e Argentina. E enumera medidas práticas para tornar o País mais atrativo para os investidores estrangeiros.

Dessa forma, ele usa as principais estratégias argumentativas e persuasivas que caracterizam o *ethos* de competência. Pois como diz Charaudeau (2006) o *ethos* de competência tem a ver com o conjunto de habilidades que o político acumula em seu percurso enquanto político. Por isso, Lula inicia o discurso mencionando sua experiência de vida “Eu aprendi, na minha vida”, depois mostra ter conhecimento profundo do assunto, ao se referir especificamente sobre dados e detalhes administrativos: “estamos tentando unificar o ICMS¹³, para acabar com a guerra fiscal e para que o Estado volte a ter poder de planejar o desenvolvimento”. E por fim, ressalta sua excepcionalidade “em seis meses, conseguimos avançar mais do que em outro

¹² Discurso do Presidente Lula, no Iº Seminário de Infra-Estrutura para o desenvolvimento Sustentável, Grand Bittar Hotel – Brasília –DF, 25 de junho de 2003.

¹³ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.

período”, para provar com isso, sua competência para realizar plenamente seus objetivos. É interessante notar, a frequência como índice pessoal “eu” se repete no início do discurso, o que evidencia a presença do indivíduo como ponto de partida das discussões, ele é a fonte de autoridade, tanto que, o conhecimento sobre a América Latina vem de suas observações pessoais. Lula se coloca como um conselheiro que repreende com expressões feitas: “fundo do poço”, “tornar mais humildes”, para depois se apresentar como um líder capaz de orientar e resolver os problemas históricos do continente.

Podemos entrever destes trechos acima analisados e discutidos, que Lula endossa um *ethos* do político excepcional, devido a sua trajetória de vida. Para isso, vale-se da referência a sua experiência prática, que lhe confere embasamentos irrefutáveis para falar da condição político-social do país, já que este a conheceu pelo viés da vivência pessoal, e não meramente pela virtualidade das estatísticas e da teoria. Lula usa esses argumentos para comprovar que tem mais capacidade de concretizar suas promessas, pois estas partem de uma coerência de idéias, de integridade moral, que estão além dos interesses mais circunstanciais da política. Com isso, Lula formata seu *ethos* de credibilidade: ele é mais digno de crédito por ter valores mais perenes, mais duradouros: adquiridos ao longo prazo, ao longo de uma vida inteira. E chega a incorrer, inclusive, em uma concepção naturalizada de líder, ou seja, “o líder é aquele que nasceu para ser líder”. Pois conforme vimos em alguns discursos do presidente, este chega a defender a imagem do político nato, que carrega o dom de liderar. O risco mais imediato dessa concepção de líder é cair no essencialismo de pensar que exista uma identidade fixa e imutável do líder. Com isso, Lula chega a negligenciar a formação escolar e teórica em detrimento desta concepção de liderança nata, o que justifica a predominância do cotejo entre experiência vivida *versus* experiência teórica em seus discursos. Assim, Lula constrói a imagem do político predestinado, oriundo das camadas mais humildes, e que pelo talento de sua liderança e determinação alcança o posto mais elevado da nação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, diríamos para terminar que a construção do *ethos* passa pelo viés do discurso e da ideologia, que se manifesta no momento em que o sujeito toma a palavra. Ou melhor, o indivíduo deixa interpelar como sujeito, ao assumir posições políticas, mas direcionando-os para uma identidade que se quer coesa e crível, porém, que não precisa necessariamente corresponder à verdade, e sim apenas angariar a fé e a confiança de um grande público.

Desse modo, tentamos primeiramente, nos apoiar em uma disciplina que cruzasse o uso da palavra com as manifestações ideológicas e identitárias, a fim de abrir uma discussão que mostrasse que a língua é uma construção social histórica e só significa devido a nossa constante atuação sobre ela. Apoiarmo-nos nesta concepção mais flexível e menos intrínseca da língua nos ajudou a perceber que os discursos são sempre comprometidos, e estão sempre filiados às redes ideológicas. Com isso, tivemos mais liberdade para fazer uma análise que tentasse identificar o que está por trás da encenação discursiva do *ethos*.

Com isso, a língua por estar tão envolvida e carregada de interesses acaba por se fazer um forte instrumento de poder e dominação. E se já é lugar comum dizer que toda linguagem é argumentativa e persuasiva, podemos dizer que no nível do discurso político este caráter argumentativo atinge a excelência. Uma vez que, a necessidade de agir sobre o outro é imediata, e o sucesso do discurso político depende da aceitação da imagem construída pelo indivíduo no momento do uso da palavra. Ou seja, o discurso político tem a linguagem como uma “arena” onde se batalha constantemente pelo sentido e para impor sentido.

Com base nisso, tentamos ao longo deste trabalho, indiciar posturas ideológicas e identitárias em um corpus específico: o discurso do Presidente Lula. A intenção era mostrar que Lula tenta criar um *ethos* de “homem vindo do povo”, tendo como principal argumento a experiência de vida, investindo sempre em construções discursivas que privilegia a prática em detrimento do teórico.

O saldo da análise nos mostra que Lula acredita em uma concepção de Líder que tira suas habilidades diretamente do saber coletivo, da ação amadurecida. Ao fazer isso ele busca acentuar sua excepcionalidade em relação à postura mais negativa do político no Brasil, ou seja, o argumento principal que norteia a sua autoimagem se embasa no ponto de que, fará diferente porque teve um percurso de vida atípico ao da

maioria dos políticos, e bastante típica da maioria do povo brasileiro. Assim, ele se mostrar hábil para governar pensando no coletivo, pois sua origem remete este mesmo coletivo. Percebemos também que Lula ao discursar não distingue o pessoal e o público, com isso ele inverte, seguindo o típico movimento de uma ideologia, a realidade, ao transformar uma obrigação executiva em um mérito próprio, em uma espécie de favor, derivado de sua “bondade” e “competência”.

Por fim, esperamos na soma geral que tenhamos alcançado nosso propósito mais iminente: o de nuançar alguns aspectos do *ethos* político do presidente Lula, e clarear o processo e os caminhos ideológicos subjacentes a ele.

8 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ADAM, Jean-Michael. **A Lingüística textual: introdução à análise textual dos discursos.** – São Paulo: Cortez, 2008.
- ALVES, Brito. **A história de Lula: o operário presidente.** – Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 2003.
- AMOSSY, Ruth. (Org) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos** – 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II.** Trad.: Maria da Glória Novak, Maria Luiza Néri. 3. Ed. Campinas, (SP): Pontes, 1991.
- _____. **“Da subjetividade da linguagem”** In: Problemas de lingüística geral I. Trad. Maria Glória Novak, Maria Luiza Néri. 2.ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp; Pontes, 1988, p. 284 – 293.
- BRANDÃO, Helena M. **Introdução à análise do discurso-** 8 ed. Campinas: UNT-CAMP, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick: **Discurso político.** Editora Contexto. São Paulo, 2006.
- DUCROT, Oswald. **Provar e dizer:** Linguagem e lógica. São Paulo: Unicamp, 1981.
- _____. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987 (tradução de Eduardo Guimarães).
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia.** – 8 ed. (ver. E atualizada). São Paulo: Ática, 2007. – (As principais distinções)
- HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOCH, Ingedore G. Vilaça, **Argumentação e linguagem** – 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **A interação pela linguagem.** São Paulo: Cortez, 1993.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de texto de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.
- OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político.-** 2 ed. São Paulo: Martins fontes, 1999.
- ORLANDI, Eni P. Curso de lingüística geral. **Discurso e leitura.** Campinas: Cortez/ Editora da Unicamp, 1988.
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio.** Editora da Unicamp, 1993.
- _____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos.** – 8 ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- PERELMAN, Chaim. **Tratado da argumentação.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, Estilo e Subjetividade**/ Sírio Possenti. – 2 ed. São Paulo: Martins Pontes, 2001. – (Lingua e discurso).

KAMEL, Ali. **Dicionário Lula: um presidente exposto por suas próprias palavras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Referencias eletrônicas:

Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disponíveis em <http://www.info.planalto.gov.br/static/inf_briefdiscurso.htm> acessado em 20 de março de 2010.

Revista eletrônica, veja, edição 1784, de 08/08/2003. Disponível no site <www.veja.com.br> acessando em 14 de abril de 2010.